

KIVIAMARA MARINHO DE SOUZA

O SEGUNDO GOVERNO DE ALBERTO MARANHÃO (1908-1913)  
SOB O PONTO DE VISTA DAS TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS  
OCORRIDAS NA CIDADE DO NATAL.

*Monografia apresentada à disciplina  
Pesquisa Histórica II, ministrado pela  
Professora Denise Mattos Monteiro do  
Curso de História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte, sob a  
orientação do Professor Doutor Pedro  
de Lima, do Curso de Arquitetura e  
Urbanismo.*

NATAL / RN  
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MF 8,5

O SEGUNDO GOVERNO DE ALBERTO MARANHÃO (1908-1913)  
SOB O PONTO DE VISTA DAS TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS  
OCORRIDAS NA CIDADE DO NATAL.

- o governo?  
- as transformações urbanísticas?

KIVIAMARA MARINHO DE SOUZA

NATAL / RN

2002

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a ~~Jeová Deus~~ por me proporcionar o dom da vida;

Aos meus pais, Arnaldo e Elizabeth pela compreensão e orientação no caminho da vida;

Aos meus irmãos queridos: Karina, Kildare e Arnaldo Junior;

Meus sinceros agradecimentos a excelência em orientação, paciência e dedicação do Professor Doutor Pedro de Lima;

Agradeço ao Professor e amigo Francisco Marinho com seus conselhos, tão valiosos e a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o êxito desse objetivo, e aos que fazem o Núcleo de Estudos Históricos;

Aos amigos, pelo apoio e carinho que muito me ajudaram na construção da base moral e intelectual do meu ser.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
1 – A MODERNIDADE NO MUNDO.....	05
1.1 – O cenário no mundo.....	05
1.2 – O cenário no Brasil.....	10
2 - DA QUEDA DO IMPÉRIO DA MONARQUIA AO ADVENTO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	17
2.1 – O surgimento das primeiras turbulências dentro da Monarquia.....	17
2.2 – A Implantação da República no Brasil.....	24
2.3 – A Oligarquia dos Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte.....	31
3 - O GOVERNO DE ALBERTO MARANHÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS.....	37
3.1 – Obras de Melhoramentos do Porto de Natal.....	38
3.2 – O início da modernização da cidade de Natal.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
FONTES.....	57
BIBLIOGRAFIA.....	57
ANEXOS.....	60

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as transformações urbanísticas ocorridas na cidade do Natal, no período do <sup>J</sup>Governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, entre os anos de 1908 e 1913. Pretendemos apontar as condições enfrentadas para se chegar a essas transformações urbanas e o que elas representaram para a cidade do Natal.

Essas ações urbanísticas implementadas na cidade do Natal ocorreram em um contexto histórico de grandes transformações <sup>nas</sup> a nível nacional. Elas ainda ecoavam as grandes mudanças trazidas com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. São mudanças que, embora tardiamente, colocaram o Brasil, enfim, na modernidade política representada pela substituição de um regime de monarquia absoluta por um regime republicano, e na modernização econômica representada pela substituição da força de trabalho escrava pelo trabalho assalariado. Estes fatores ensejaram e propiciam o progresso geral da modernização da sociedade brasileira. Inclui-se aí a modernização da infraestrutura e serviços, além de saneamento, ordenamento e embelezamento das capitais dos estados e das maiores cidades brasileiras. Todas essas transformações se inserem no âmbito da modernidade.

De acordo com Marshall Berman.

*"Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade amula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana."*<sup>1</sup>

O conceito de modernidade de Berman nos dá um suporte teórico para entender as maneiras como a modernidade aconteceu em Natal, nas primeiras décadas do século XX, especialmente no que diz respeito às ações urbanísticas implementadas por Alberto Maranhão. Aqui, procuraremos enfatizar de que maneira as realizações urbanísticas mundiais e nacionais influenciaram nos objetivos de modernização do segundo governo de

<sup>1</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, p.15.

① Alberto Maranhão, no processo de modernização da cidade do Natal, qual a relação das elites locais com o processo de modernização ocorridos na cidade, e como estas elites encravam a própria idéia de modernização. Existiria uma relação entre as obras públicas e a estrutura republicana da cidade, de modo a ligarmos o objetivo da implantação destas obras públicas com a produção e inserção de Natal na modernidade? \*

Pode-se observar, de um modo geral, na trajetória destas transformações, a participação da Oligarquia<sup>2</sup> dos Albuquerque Maranhão. No Rio Grande do Norte, verifica-se a presença marcante desta família, sob a liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Pedro Velho colocou e usou de todos os mecanismos políticos e administrativos do estado a serviço de seus próprios propósitos de poder. Assim, os Maranhão governaram por mais de 27 anos, da Proclamação da República à eleição de Ferreira Chaves (1914), exercendo seu domínio oligárquico até 1924.

Alguns trabalhos abordaram temas concernentes à urbanização de Natal. Este é o caso da dissertação de mestrado de Jamilson Azevedo Soares: *Fragments do passado - uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20*. O autor aborda superficialmente, em seu trabalho, o governo de Alberto Maranhão e algumas de suas realizações. Soares refere-se, por exemplo, ao "X melhoramento da cidade com a instalação de bondes elétricos, inauguração do Hospital Juvinio Barreto e a questão sanitária"<sup>3</sup>. Omitir, entretanto, outros projetos urbanísticos importantes que foram realizados dentro do período do governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, e que foram fundamentais no processo de modernização da cidade de Natal. Desta forma, constitui-se em uma lacuna aquela abordagem da urbanização da cidade do Natal, especificamente no que se refere ao segundo governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão.

Deste modo, a presente monografia pretende contribuir para uma visão mais abrangente dessa segunda gestão de Alberto Maranhão, especialmente no que diz respeito às transformações urbanísticas.

<sup>2</sup> Oligarquia é o governo em que a autoridade, o poder está nas mãos de poucas pessoas, geralmente tem por base a estrutura familiar patriarcal. ( CARONE, Edgar. *República Velha: instituições e classe sociais*. p.269).

<sup>3</sup> SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragments do passado*, p. 43-46.

ou: sede passagem?

Omitir

Não  
objeto  
do  
trabalho  
dele

ou mais  
visão mais  
profunda?

O enfoque cronológico aborda o período de (1908 a 1913), data que corresponde ao período do segundo governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão. Durante este período Alberto Maranhão imprimiu uma grande dinamização na administração do estado, contratou e executou obras, as quais se transformaram em verdadeiras revoluções para o Rio Grande do Norte e principalmente para Natal.

exagero

Para a elaboração do nosso trabalho, utilizamos as edições do jornal "A República" de 07 de abril de 1908, e 20 de novembro de 1911, e o periódico "O Martelo" de 02 de junho de 1912. Também recorremos ao Decreto de 31 de agosto de 1909, às Leis de 18 de novembro de 1909 e 30 de novembro de 1909 e às Mensagens do Governo do Estado de 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912. Estas fontes primárias foram de vital importância para a observação dos atos administrativos implantados durante o segundo governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, no estado do Rio Grande do Norte.

Não, pois a discriminação, um por um.

Uma bibliografia geral nos permitiu fazer uma contextualização internacional, nacional e estadual concernente ao tema das transformações, no veio da modernidade.

Desta bibliografia através de uma leitura prévia, fizemos uma seleção das obras mais significativas para a realização desta monografia.

Dispensável

O trabalho proposto está dividido em três partes. [A primeira parte refere-se à contextualização Internacional e Nacional, do final do século XIX e início do século XX, na qual destacamos os principais passos da implantação da modernidade. [Na segunda parte tratamos especificamente da conjuntura nacional e dos mais importantes processos que culminaram na Proclamação da República no Brasil. [Na terceira e última parte do nosso trabalho enfocamos as mais variadas realizações administrativas no trato das construções e realizações urbanísticas implantadas no segundo governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão no espaço urbano da cidade do Natal, no período de 1908-1913.

ampliou a Vila Cincinato,<sup>148</sup> construiu o Quartel de Cavalaria, na mesma praça, calçou com granito a praça André de Albuquerque e outros trechos da cidade, construiu a balustrada da Av. Junqueira Ayres, numa extensão de 103 metros, decorada com 10 candelabros elétricos e um belo relógio também elétrico, fabricado nas oficinas da Fundação Val d'Osme, de Paris.<sup>149</sup>

No ano de 1910, Alberto Maranhão deu continuidade a construção, iniciada por Ferreira Chaves, do Teatro Carlos Gomes, solicitando ao arquiteto mineiro Herculano Ramos para projetar a sua<sup>150</sup> O resultado deste projeto arquitetônico<sup>151</sup> foi a entrega do novo Teatro ao Governo do Estado no dia 14 de julho de 1912. (FIGURA 10).

Alberto Maranhão construiu a nova Casa de Detenção (FIGURA 11) no Monte Petrópolis em local que oferece as mais perfeitas condições de salubridade e segurança.<sup>152</sup> Anteriormente esta Casa de Detenção ficava na Praça André de Albuquerque, em uma área predominantemente residencial, o que não agradava as famílias locais. Então, Alberto Maranhão tirou a cadeia pública do meio urbano e a isolou. A nova Casa de Detenção foi construída no lugar da antiga casa de veraneio de Alberto Maranhão. O Governador também determinou a execução de modificações relacionadas com a ampliação do edifício do antigo Lazareto de Piedade e com a instalação do Asilo de Alienados. Alberto Maranhão dotou a cidade de uma armazém para depósito de inflamáveis e de um Almoarifado Geral do Estado, " *utilissima dependencia do Thesouro cujas encomendas avultam dia a dia para a aquisição nos mercados europeus e americanos, dos instrumentos de trabalho agrícola adaptado no nosso meio rural.*"<sup>153</sup> Para apoiar as Sociedades do Tiro, de caráter paramilitar, foi inaugurado " *à Avenida Hermes da Fonseca, no dia 13 de maio deste ano o Polygono de Tiro Estadual.*"<sup>154</sup> Além disso,

<sup>148</sup> Vila Cincinato, casa situada na Praça Pedro Velho, que foi transformada em residência oficial dos governadores. (Ibid., p.79.)

<sup>149</sup> Ibid., p. 79.

<sup>150</sup> LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade Moderna segundo Manoel Dantas*, p. 43.

<sup>151</sup> O novo projeto arquitetônico da reforma que constava de quatro partes distintas: frente, jardim, sala de espetáculo e "caixa", sem que nada fosse aproveitado da estrutura anterior. Deu-se uma nova feição estética à fachada, agora com dois pavimentos, e ampliaram-se os espaços, ornamentando-os interna e externamente com adornos encomendados na Europa, fabricados pela Fundação Val d'Osme. (OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op. cit. p. 79.)

<sup>152</sup> MENSAGEM, 1911, p.14.

<sup>153</sup> MENSAGEM, 1911, p. 17.

<sup>154</sup> MENSAGEM, 1911, p. 15.

implantou no Rio Potengi o serviço de uma barca a vapor para transportar gratuitamente passageiros da Praia da Redinha para Natal.

Para apoiar os construtores da cidade, Alberto Maranhão baixou o decreto nº 228 de 02 de setembro de 1911. Este decreto deu o aval aos construtores da cidade, para darem andamento "*às construções de casas no perímetro da cidade.*"<sup>155</sup> (FIGURA 12-13). Quanto ao policiamento da capital, foi aumentado o número de policiais na cidade, em vista ao "*consoante desenvolvimento que se nota na cidade e arredores, onde a população foi acrescida de numerosos operários e várias empresas em actividade, o aumento da nossa milícia urbana afigura-se medida necessária e inadiável.*"<sup>156</sup> Ainda apoiou os comerciantes do bairro da Ribeira, quando o transformou no "*bairro do alto comércio, da bolsa, dos grandes empreendimentos bancários; consolidou o bairro do Alecrim como bairro operário de Natal.*"<sup>157</sup>

\*  
revisão  
obras.  
Prestar  
de  
Cursos  
sem  
fina...

Observamos diretamente que alguns dos beneficiamentos implantados por Alberto Maranhão, principalmente no que tange a transformação do bairro da Ribeira comercialmente, tinham um caráter bem particular. Como apontado anteriormente, Alberto Maranhão, ao revitalizar o comércio da Ribeira, possuía um interesse bem próprio, pois, na questão dos empreendimentos bancários, observamos que este era um dos sócios do Banco de Natal. Alberto Maranhão, visava com este ato viabilizar esta estruturação para dar vida e facilitar e agilizar as mais diversas transações comerciais na cidade, ao mesmo tempo que atendia ao seu próprio interesse.

Durante todo o plano administrativo de Alberto Maranhão no governo do estado, no período de 1908 a 1913, o Plano da Cidade Nova começou a se estruturar com a abertura de dez novas avenidas e criou o bairro de Petrópolis.<sup>158</sup>

Na ocasião, a Empresa de Melhoramentos passou a gerir as concessões de aforamento de terrenos da cidade, os serviços de "*saneamento, abastecimento de água,*

<sup>155</sup> MENSAGEM. 1911. p. 20.

<sup>156</sup> MENSAGEM. 1912. p.14.

<sup>157</sup> LIMA, Pedro de. *O mito da Fundação de Natal e a construção da cidade Moderna segundo Manoel Dantas*, p.41.

<sup>158</sup> LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p.34.

## 1 – A MODERNIDADE NO MUNDO

### 1.1 – O cenário no mundo.

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor.”<sup>4</sup> Desde meados do século XVIII, o mundo vinha passando por mudanças singulares nas suas novas e revolucionárias estruturas. Primeiramente, a modernidade não respeitava sequer o seu próprio passado, para não falar de qualquer ordem social pré-moderna. Como disse Marshall Berman, a modernidade traz uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes. Ela “*anula fronteiras geográficas e racionais, classe, nacionalidade, religião e ideologia.*”<sup>5</sup>

Embora o termo “modernidade” tenha uma história bem mais antiga, o seu uso entrou em foco durante o século XVII e, mais propriamente, no fim do século XVII. Ao se iniciar nesta perspectiva de novas experiências, as pessoas estavam, como diz Marshall Berman, “*desesperadas mas em um estado de semicegueira, tendo um pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados.*”<sup>6</sup> Aquele fora o período em que as pessoas começaram a experimentar a vida moderna e mal faziam idéia do que as estavam atingindo.

Uma segunda fase da modernidade se processou ao início de uma grande onda revolucionária em 1790, principalmente com a Revolução Francesa<sup>7</sup> e todas as suas idiossincracias. A modernidade, então, praticada? de (maneira inopinada e comovente) ganhou um pequeno público. E é este público que segundo David Harvey “*compartilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas*

<sup>4</sup> BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. p. 15.

<sup>5</sup> BERMAN, Marshall. Op cit., p. 15.

<sup>6</sup> BERMAN, Marshall. Op cit., p. 16.

<sup>7</sup> Revolução Francesa foi a mais resplandecente das revoluções burguesas. Eclipsada pelo caráter dramático das suas lutas de classes as revoluções que a precederam, isso se deve à obstinação da aristocracia ancorada em seus privilégios feudais, negando-se a qualquer concessão e ao escarniçamento das massas populares, significou a queda da monarquia e o advento da liberdade garantida por um governo constitucional na qual seria amparada pelo advento da igualdade perante a lei de todos. (COSTA, Silvio. *Revolução e contra-Revolução na França*. p.73.)

Dispensável  
essas  
inapropriações

Autog  
mais  
a propi. do

convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política.”<sup>8</sup> O advento do Iluminismo<sup>9</sup> do século XVIII, na Europa, trouxe para o seio da humanidade, segundo David Harvey “um desenvolvimento racional de organização social e de modas racionais de pensamento que prometiam a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, libertação do uso arbitrário do poder, bem como o lado sombrio da nossa própria natureza humana”.<sup>10</sup> Os pensadores Iluministas, tais como Montesquieu, Condorcet, Lavoisier, Saint-Simon, Voltaire, Turgot, Auguste Conte, Diderot, entre outros, proclamavam que este turbilhão de mudanças fazia-se necessário. Eles viram na transitoriedade e no fragmentário da condição humana o meio através do qual o projeto modernizador poderia ser realizado. Segundo David Harvey, o projeto dos iluministas considerava por sua vez, “axiomática a existência de uma única resposta possível a qualquer pergunta. Seguiu-se disso que o mundo poderia ser controlado e organizado de modo racional se ao menos se pudesse apreendê-lo e representá-lo de maneira correta.”<sup>11</sup> Toda uma gama de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas nas mais variadas partes do mundo estava acontecendo, de maneira que marcava a partir de então todo um processo de transitoriedade que o mundo estava presenciando, que não pouparia esforços governamentais para se implantar nas mais diversas partes do mundo.

Segundo Marshall Berman, a burguesia<sup>12</sup> do século XIX, “não poderia sobreviver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e com eles as relações de produção e todas as relações sociais”.<sup>13</sup> Evidencia-se desta forma que todas as mudanças estruturais que esta burguesia promovia a identificava e distinguia de todas as outras classes, porque ela visava definitivamente a implantação de um ambiente moderno e novo. Assim, na segunda metade do século XIX, a burguesia, de acordo com David Harvey, “buscava realizar a idéia do futuro em todas as suas diversas formas políticas, industriais

<sup>8</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*, p.23.

<sup>9</sup> O Iluminismo foi um movimento francês das elites letradas para as elites letradas, no qual os filósofos iluministas de sangue nobre, (nobreza de Toga), não acreditavam que o esclarecimento das massas fosse possível ou desejável. A educação popular deveria se limitar ao mínimo e a uma medida de instrução física, ocupacional e moral, pois o seu objetivo primário era promover a utilidade econômica e a estabilidade social nada mais. (COSTA, Sílvio. Op cit., p.34).

<sup>10</sup> HARVEY, David. Op cit., p.23.

<sup>11</sup> Ibid., p. 34

<sup>12</sup> Burguesia foi a classe social que aliou-se com as massas trabalhadoras, para liquidar o antigo regime vigente de poder, pois somente através deste ato, é que a burguesia pode tirar proveito de sua posição social e assender politicamente no cenário. (COSTA, Sílvio. Op cit., p. 85.).

<sup>13</sup> BERMAN, Marshall. Op cit., p.20.

Estado-nação

um dos tipos de modernidade

libem

libem

e artísticas".<sup>14</sup> Para essa burguesia concretizar seus objetivos modernizantes não mediria esforços em qualquer campo fossem estes políticos, sociais, econômicos e culturais

É, sobretudo, neste contexto de complexidade transformadora dessa nova sociedade que estava surgindo que a riqueza da modernidade do século XIX se concretizou. Ao observarmos este século, identificamos uma gama peculiar de modernidade.<sup>?</sup> É justamente a partir de 1848 que verificamos, em escala mundial, um amplo fenômeno de crescimento urbano explosivo com características universalizantes modernas, tais como as citadas por David Harvey. Isto se verifica, especialmente,

*"na reformulação da cidade de Paris (França) na década de 1860 (após os levantes revolucionário de 1848) por Haussman e Ebenezer Howard; nos Estados Unidos (Chicago, em particular) foi o catalisador do modernismo, a partir dos anos de 1870, com uma ampla difusão de um modernismo intelectual e estético empreitado por um ritmo de projeção material, todas as transformações ocorridas nas principais cidades do mundo realizou-se através de uma gama de revoluções que se refletiram na implantação de novas e peculiares implementações modernas, tais como as máquinas, novos sistemas de transportes e comunicação, os arranha-céus, pontes e maravilhas de todo tipo de engenharia".<sup>15</sup>*

\*  
Não  
pudesse  
isso  
ocorrer  
sem  
o  
Harvey  
em benefício  
do XIX.  
↓

A modernização chegou a prefigurar em 1900, uma tendência de modalidade a ser alcançada, em particular pelos Estados polígotos da Europa, no empenho, segundo David Harvey de recuperar as cidades envelhecidas ou arrasadas pela guerra (reconstrução e renovação urbana), reorganizando sistemas de transportes, construções de fábricas, hospitais, escolas, obras públicas de todos os tipos".<sup>16</sup> Todas essas modificações e desenvolvimento das estruturas urbanísticas das cidades ao redor do mundo, tinham como objetivo implantar um suporte tecnológico que facilitaria o efetivo o progresso e desenvolvimento das cidades no mundo em conjunto, para que todas se beneficiassem dos mesmos programas econômicos, políticos, sociais e culturais.

\*  
Para  
benefício  
das  
populações  
?

Certamente, a modernização ocorrida na segunda metade do século XIX só se tornou possível devido ao aparecimento do capitalismo mundial, uma moderna ordem social voltada para o crescimento econômico. A sociedade capitalista, segundo Marshall

<sup>14</sup> HARVEY, David. Op cit., p.39.

<sup>15</sup> HARVEY, David. Op cit. p. 33.

<sup>16</sup> Ibid., p. 42.

\* No preciso estivo a utilizo do Berman.<sup>8</sup>  
et.:

Berman, "transformou-se em um poderoso cosmo da moderna ordem econômica mundial".<sup>17</sup> Foi, portanto, através do capitalismo que cada cidade mundial, floresceu de forma substancial. Assim, de acordo com David Harvey, "a trajetória geográfica de Paris, Berlim, Viena, Londres, Moscou, Chicago e Nova Iorque podia ser revertida ou reduzida a depender do tipo de prática modernista que se tivesse em mente".<sup>18</sup> As mais variadas formas de modificações e construções das cidades ao redor do mundo, ficariam a cargo dos governos de cada cidade ou país, que realizariam como bem entendessem as transformações que precisassem ser feitas.

?  
↓  
O est. do -  
rel. co  
?

O burguês buscava realizar a idéia de futuro em todas as suas diversas formas políticas, industriais e artísticas. Neste ímpeto as mudanças do modernismo traziam, também, insatisfação e instabilidade na vida político-econômica.

Neste turbilhão da segunda metade do século XIX, observamos que as mudanças significativas começaram a fazer parte do cenário mundial. E a primeira coisa que observamos é a nova paisagem, que vai transformando as mais desenvolvidas e dinâmicas cidades mundiais. Paisagens e modificações nas quais Marshall Berman encontra

*"engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas e novas zonas industriais, prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano, jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media que se comunicam em escala cada vez maior; Estados Nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estardecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade".<sup>19</sup>*

O século XX é nossa terceira e última fase do processo de modernização que se dilata, ao ponto de abranger literalmente o mundo todo. Nesta fase a cultura mundial do modernizaçãõ, atinge picos de desenvolvimento extraordinários. Todavia, todas as transformações que o modernizaçãõ nos trouxe, fizeram emergir no seio da sociedade uma discussão e preocupação concernente a **destruição criativa.** Esta, segundo David Harvey,

<sup>17</sup> BERMAN, Marshall. Op cit.. p.26  
<sup>18</sup> HARVEY, David. Op cit..35.  
<sup>19</sup> BERMAN, Marshall. Op cit.. p.18.

"é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista."<sup>20</sup> O questionamento mais presente na mentalidade dos homens, que engendrou-se pelo crescente estilo da modernidade, era a argumentação de que afinal de contas como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que se vira antes? De fato, com o surgimento do modernismo e a internacionalização dos seus próprios conceitos e dúvidas, gerou-se um novo turbilhão de ambigüidades entre o antigo e o novo. Todos os graus de contradições e de mudanças estéticas passaram a pulsar no seio da nova sociedade transformadora que, ao mesmo tempo, afetava a estética da vida diária de modo a transformá-la em algo diferente. Esse novo traria à sociedade uma contradição de interesses, que Max Weber parafraseou, falando a respeito do século XIX, como sendo uma vida radicalmente contraditória na sua base. Pois, segundo ele, os homens

*"De um lado, tiveram acesso à vida, às forças industriais e científicas que em nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário... todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível de força material".<sup>21</sup>*

A mitica efervescência do modernismo, alicerçada nos elementos de oposição entre a combinação extraordinária de passado e futuro, entre o conservador e o revolucionário, romântico e clássico, naturalista e simbolista, formaram um elo no qual as diferentes épocas e lugares se interligaram e sofreram modificações. As linhas geográficas da história do modernismo passaram a co-existir simultaneamente a estas transformações e a dividir uma linha tênue de transformações mundiais. De maneira que foi possível traçarem-se mapas mostrando haver relações entre o equilíbrio internacional do poder cultural com o poder econômico e político. Eles estavam extremamente interligados com os novos mapas geográficos que estavam sendo criados ao redor do mundo. Mudando de acordo com as tensões entre o padrão internacionalista e nacionalista, globalismo e etnocentrismo paroquial, universalismo e privilégios de classe. Todos em uníssono, porém, nunca estando longe de seus ideais de modernização. Um exemplo disto é que observamos a cidade de

<sup>20</sup> HARVEY, David. Op cit., p.26

<sup>21</sup> WEBER, Max apud BERMAN Marshall. Op cit., p.19.

Paris como sendo um centro dominante do modernismo, pois reunia todos os fatores preponderantes para as transformações, como os políticos, culturais, sociais e econômicos, a ponto de implantar o estilo de vida *émigré* para o mundo. Podemos citar como seguidoras desta tendência cidades como Roma e Florença, a fase do domínio e prosperidade de Londres, Berlim e Munique, as explosões da Noruega e Finlândia, a geografia do modernismo. Para alicerçar todas estas idéias de transformações oriundas e emergentes de uma nova sociedade mundial, segundo David Harvey, essa geografia mundial é "mapeada pela atitude internacionalista e universalizante definida com um forte apego à idéia de uma arte de vanguarda Internacional de elite, mantida numa frutífera relação com um forte sentido de lugar"<sup>22</sup>. Ou seja, as transformações que iriam se processar nas mais diversas partes do mundo, estariam determinadas pela localização geográfica ao redor do mundo e pelas tendências culturais e sociais que iriam alicerçar tais transformações.

(2)  
ditos  
no  
clima  
modernidade  
&  
modernismo

Citação não é clara a idéia

Em conclusão, a modernização do final do século XIX e início do século XX talvez seja o período mais brilhante e criativo da história da humanidade. Pois, esta sua energia criadora contaminou e se espalhou por todas as partes do mundo, não distinguindo condições sociais econômicas, políticas e ambientais. Pois, esta modernização integrou completamente as mais diversas cidades do mundo em um elo crescente. Essas transformações físicas e estéticas espalharam-se pelas cidades como um carrossel, de Paris a Chicago, de Nova Iorque a Viena ou Berlim. Todas em uníssono, de uma forma ou de outra, experimentaram um gosto impar específico de transformações em seu âmbito, onde não só as transformações físicas e estéticas aconteceram, mais também as de nível social e comportamental. De forma que, todas as cidades e suas populações, em épocas e lugares diferentes do mundo, experimentaram destas novas transformações.

esp. H.

## 1.2- O cenário no Brasil.

CENTE

Na segunda metade do século XIX, ocorreram alguns fenômenos importantes que introduziram o Brasil nas mais diversas transformações no âmbito estrutural, econômico e social. Estas transformações, de uma forma ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento do mercado interno e estimularam o processo de urbanização. Primeiramente, tais mudanças começaram a despontar com o início da transição, no Brasil,

<sup>22</sup> HARVEY. David. Op cit., p.33.

do trabalho escravo para o trabalho livre, ~~com~~ a cessação do tráfico de 1850<sup>23</sup>, e a abolição de 1888<sup>24</sup>. Fatos estes que estão diretamente ligados à nova situação que entraria em voga no Brasil com a entrada de numerosos imigrantes estrangeiros no sul do país.

Um segundo ponto a destacar como sendo um fato ~~que atribuiu uma nova força para a modernização~~ e para o desenvolvimento para o Brasil foi a implantação no país de uma estrutura de redes ferroviárias, cuja construção foi iniciada no ano de 1852 e que, segundo Emilia Viotti, "*ao final do século XIX e início do século XX atingiria mais de 9.000 km de estradas construídas no Brasil e a expansão e construção de mais 15.000.*"<sup>25</sup> Este fator, em especial, é visto como o principal e ~~mais importante~~ fato pelo qual foi possível pela primeira vez na história do Brasil, uma ampla modernização. Isto possibilitou ao Brasil meios de se expandir economicamente, fato este que gerou no país a industrialização de produtos e o desenvolvimento de um bem-sucedido sistema de crédito.

Com a cessação do tráfico de escravos, em 1850, concomitantemente à expansão das lavouras cafeeiras no Sul do país, um problema <sup>1</sup> começava a emergir no cenário brasileiro. Este problema eclouiu na substituição de uma mão-de-obra escrava por uma outra livre, que estava se fazendo necessária para as lavouras de café no Sul do país.

As dificuldades da nova realidade colocadas pelo fim do tráfico de escravos estimulou a tentativa de substituição do escravo pelo imigrante e garantiu o deslocamento de boa parte dos ex-escravos das regiões decadentes do Nordeste para os prósperas áreas do Sul cafeeiro. Um refluxo da situação <sup>1</sup> vigente transferiria a antiga mão-de-obra escrava dos centros urbanos, onde estavam agrupados, depois de abolição da escravatura, novamente para as zonas rurais, o que, de acordo com Emilia Viotti acarretaria o "crescimento de um novo setor assalariado ampliando o mercado interno e criando uma base para o futuro desenvolvimento industrial".<sup>26</sup> Pois, com as novas bases lançadas no mercado interno, referente ao trabalho livre a assalariado, o poder de produção e consumo

<sup>23</sup> A cessação do tráfico de 1850 deve-se à abolição do tráfico Internacional de escravos. LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. p. 148.

<sup>24</sup> A abolição de 1888 representou a total abolição do trabalho escravo no Brasil. (LINHARES, Maria Yedda. Op cit., p. 148).

<sup>25</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. p. 210.

<sup>26</sup> COSTA, Emilia Viotti da. Op cit. p.221.

\*

Nova  
1850  
clm:   
1º E.V.  
estímulo  
ou  
que  
h  
muitos  
sua  
apelo?

\*

cf. 1854  
análise  
vi. notas  
respostas

por parte dessa nova parcela de homens livres impulsionaria o mercado interno brasileiro ao desenvolvimento industrial, gerando desta forma uma nova relação de ordem social e econômica no país.

No final do século XIX, no Brasil, fatores tais como os citados por Emilia Viotti, como "o aperfeiçoamento do sistema de transportes (substituição do transporte em lombo de burro e carro de boi pelas ferrovias, a generalização do uso do navio a vapor) coincidem com a demanda crescente de café pelo mercado Internacional, acarretando uma especialização crescente da produção cafeeira".<sup>27</sup> Tais fatores foram fundamentais para o rompimento da estreita auto-suficiência do latifúndio, pois impulsionaram e estimularam o desenvolvimento do comércio interno, de forma tal a permitir uma relativa distribuição de riquezas no Brasil. Todavia, observamos que no Brasil somente após a abolição da escravatura é que a manufatura veio suprir uma parte significativa do consumo brasileiro e a produzir um impacto sobre o resto da economia e a estrutura da sociedade. Pois, com a conjuntura criada pelo fim da escravatura no Brasil, o país se viu repentinamente libertado para se desenvolver também no setor da industrialização capitalista, assim como já havia sido feito nos Estados Unidos e Europa.

\*  
Generalização  
e  
industrialização  
Jusé

No Brasil, com a tardia ~~a~~ abolição de escravatura, os proprietários das terras convenceram-se da viabilidade da mão-de-obra imigrante nas fazendas. Segundo Emilia Viotti, a transição entre o trabalho escravo e o migrante deu-se desde os meados do final do século XIX e início do século XX. Estes trabalhadores, "começaram a entrar no Brasil principalmente a partir de 1880, cerca de 700.000 estrangeiros dos quais faziam parte: italianos, portugueses, espanhóis, austríacos, entre outras nacionalidade."<sup>28</sup> Eles compunham uma nova mão-de-obra oriunda de outros países, cujo trabalho foi largamente utilizado e enormemente proveitoso para o Brasil naquele momento.

A implantação de uma nova ordem econômica baseada no pagamento de salários em dinheiro, no Brasil, ocorreu, sobretudo, dentro de um contexto do triunfo do sistema de exportação de café. Tal conjuntura foi de fundamental importância para a definição da forma e do rumo para o desenvolvimento da industrialização brasileira. O comércio do café

<sup>27</sup> Ibid., p. 211.

<sup>28</sup> COSTA, Emilia Viotti. Op cit., p.211.

incentivou o progresso de um regime agrícola em grandes áreas novas, atraindo desta forma trabalhadores rurais pobres para a introdução do trabalho livre com retribuição de salários. Principalmente no estado de São Paulo onde, segundo Boris Fausto, o chamariz de um trabalho assalariado fora um dos principais veículos transmissores do desenvolvimento da região, por que atraiu muitos homens que passaram a trabalhar em troca e salário nos mais diversos campos do desenvolvimento brasileiro como por exemplo: "nas estradas de ferro, nas docas dos portos brasileiros, nos bancos, em sociedades comerciais... em suma em uma gama de negócios e empreendimentos comerciais que estavam em expansão".<sup>29</sup>

Foi muito significativo para o Brasil, a criação de toda essa infra-estrutura nacional, pois os alicerces para a implantação e desenvolvimento urbanístico brasileiro estava diretamente ligado ao sucesso destes empreendimentos.

\* Como  
se não  
houvesse  
estas

oposição - escravocrata - industrial ?

A transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade industrial, por mais abrupta e diferente que parecesse, foi uma circunstância geradora de uma nova realidade social que transformou radicalmente os espaços sociais, econômicos e políticos do cenário brasileiro. Concernente a este aspecto modificador da nova sociedade brasileira, observamos que o processo de industrialização do país foi imensamente influenciado pela onda imigratória que invadiu o Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX. O papel dos imigrantes para o desenvolvimento do país é descrito por Gilberto Freyre no livro Sobrados e Mucambos como sendo fundamental para o Brasil, naquela conjuntura, porque "os imigrantes não tinham preconceitos contra o trabalho manual, característicos da sociedade brasileira tradicional, e passaram a controlar de maneira crescente o artesanato e o comércio de retalho nos grandes centros urbanos mais importantes".<sup>30</sup>

Sobretudo na vasta habilidade que estes possuíam em se adequar aos mais variados trabalhos e de serem muitos deles especialistas em algum ramo específico de trabalho qualificado. Os imigrantes eram frequentemente mais alfabetizados que os escravos, para não dizer que totalmente. E este fator foi de grande importância, pois técnicas e habilidades que os imigrantes possuíam, segundo Boris Fausto, foram "um dos fatores primordiais para o desenvolvimento da industrialização e modernização do Brasil."<sup>31</sup> na medida em que certas ocupações específicas do trabalho exigiam um maior nível de educação. Os imigrantes, com as mais diversas qualificações, também foram de fundamental importância

He  
inimigos  
edificam  
de S.M.  
biblioteca

G. F.  
\*  
primordiais

<sup>29</sup> FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*, p.252.

<sup>30</sup> FREIRE, Gilberto apud COSTA, Emilia Viotti. Op cit., p.213.

<sup>31</sup> FAUSTO, Boris. Op cit. p. 252.

para o desenvolvimento dos núcleos urbanos bem para a ampliação do mercado interno acoplado a industrialização. Segundo Boris Fausto, os imigrantes se espalharam por "estados como o Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco".<sup>32</sup> Eles foram assim geradores diretos do desenvolvimento dos mais diversificados núcleos urbanos no país.

Faz-se importante observar que a participação do imigrante dentro da economia brasileira e conseqüentemente para o desenvolvimento e modernização do país foi de primordial importância, porque, como já foi dito, e os imigrantes ocuparam as mais diversas funções dentro do expansivo comércio brasileiro. Os imigrantes substituíram a mão-de-obra nas zonas agrícolas participaram como pequenos comerciantes, trabalharam nas mais diversas facetas da industrialização do país, como profissionais especializados nas fábricas e até mesmo chegando a ser empresários. Enfim, os imigrantes ocuparam-se das mais variadas formas de trabalho na nova sociedade brasileira.

\*  
Não  
está  
de acordo  
com  
a história.

As estradas de ferro que começaram a ser construídas, a partir da segunda metade do século XIX, trouxeram para o Brasil maior dinamismo, no sentido de permitir que produtos que eram fabricados em uma determinada região do país pudessem ser trasladados para outras regiões do país, onde estes se faziam necessário. Segundo Emília Viotti, "a estrada de ferro, além de contribuir para o desenvolvimento do mercado interno, estimulou a urbanização".<sup>33</sup> Concernente à produção das mercadorias e ao seu transporte para imensas distâncias territoriais, segundo Maria Yedda Linhares, "até o advento das ferrovias, as mercadorias eram tradicionalmente levadas aos portos em lombos de burros, cuja utilização decrescia na medida da entrada daquele novo meio de transporte na região produtora".<sup>34</sup> Entretanto, a implantação da malha ferroviária no Brasil objetivava inicialmente a exportação do café, paralelamente a um programa de melhoramento dos portos, realizado através de fortes investimentos estrangeiros principalmente nos portos de Belém do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Segundo Maria Yedda Linhares, no desenvolvimento dessas regiões destacam-se alguns aspectos como "as comunicações, industrialização do país, expansão dos núcleos urbanos (construção de jardins, hotéis, passeios públicos, teatros e cafés, iluminação, abastecimento de água,

<sup>32</sup> Ibid., p. 253.

<sup>33</sup> COSTA, Emília Viotti. Op. cit., p. 218.

<sup>34</sup> LINHARES, Maria Yedda. História geral do Brasil. Op. cit., p.219.

aperfeiçoamento de transportes urbanos); desenvolvimento do comércio, com o artesanato, criação de serviços telefônicos, construção de escolas, aumentou a sociabilidade, e deu surgimento às primeiras manifestações políticas de rua.<sup>35</sup> Todas estas transformações urbanas vieram atreladas à construção das estradas de ferros no país, e modificaram significativamente o perfil urbano no Brasil.

A industrialização no Brasil, no ~~no~~ final do século XIX e início do século XX, principalmente no Sudeste do país, está ligada ao fato das capitais nacionais estarem se aproveitando das excelentes condições ferroviárias internas. Segundo Emília Viotti, "o desenvolvimento tanto dos grandes núcleos urbanos conjuntamente com as cidades interioranas que eram favorecidas pelas ferrovias, fizera eclodir nas últimas décadas do século XIX o aparecimento das indústrias no Brasil".<sup>36</sup> As indústrias que se espalhavam pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, segundo Boris Fausto, produziam "tijolos, telhas, madeiras, tecidos, cervejas, móveis, grãos etc".<sup>37</sup> Como observa Emília Viotti, "os melhoramentos urbanos estimularam por sua vez o aparecimento de indústrias subsidiárias".<sup>38</sup> Foi um fator importante e decisivo para a modernização e industrialização do país a infra-estrutura implantada em transportes e linhas férreas.

↓  
I-desti-  
Cipos ~  
f-  
di-  
agricult.

Em suma, o processo de industrialização, no final do século XIX e início do século XX, foi fruto de interesses internos em relação à expansão comercial. Mas, sobretudo, foi também resultante da relação com o mercado internacional, que impulsionou a economia nacional para a produção e exportação de produtos e matérias-primas, tanto para a Europa quanto para os Estados Unidos.

\*  
no  
lug  
no  
mercado  
mundial

Do processo da abolição da escravatura, no final do século XIX, à participação dos imigrantes na construção de um novo Brasil, as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais se transformaram e revolucionaram o mercado brasileiro. Estas estruturas, de forma direta ou indireta, contribuíram para a modernização e urbanização do Brasil.

<sup>35</sup> Ibid., p.220.

<sup>36</sup> COSTA, Emília Viotti. Op. cit., p.216.

<sup>37</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit., p.257.

<sup>38</sup> COSTA, Emília Viotti. Op. cit., p.217.

\* A transição da monarquia para a república é parte disso tudo. 16

Todavia, simultaneamente a essas transformações, havia no país a transição entre a monarquia e o <sup>republicano</sup> republicanismo, a convivência de duas partes distintas e representativas da sociedade brasileira. Esta sociedade estava dividida entre os representantes de setores arcaicos e decadentes, "aristocracia agrária,"<sup>39</sup> e os representantes dos setores onde o capital se concentra, "burguesia empresarial"<sup>40</sup>. Outrossim, mesmo mediante desta conjuntura política, foram estes segmentos citados que forneceram a bases para a bipolaridade expressa na transição entre o trabalho escravo e livre, na transição do rural para o urbano, e na transição de um Brasil Monárquico para um Brasil Republicano.

nos  
exi  
clasp.

- transição do rural para o urbano?

<sup>39</sup> Aristocracia agrária: fazendeiros que se converteram em uma espécie de empresários, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, substituindo o escravo pelo trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamentos, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e organização bancárias, assumindo atitudes progressistas em matéria de política, vendo com simpatia as idéias emancipadoras e aderindo as idéias republicanas. (COSTA, Emília Viotti da. Op cit., p. 219).

<sup>40</sup> Burguesia empresarial: empresários cuja fortuna originalmente se formou na indústria, revestindo parte dos seus lucros em terras, ou se vinculavam por laços de família e amizade aos grupos ligados à grande propriedade. (COSTA, Emília Viotti. Op. cit., p. 219).

Coerência?  
|  
Sua  
função

## 2 - DA QUEDA DO IMPÉRIO AO ADVENTO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.

### 2.1 - O surgimento das primeiras turbulências dentro da Monarquia.

Em geral, tanto para se explicar o fim da escravidão, quanto para se explicar a Proclamação da República no Brasil (15 de novembro de 1889), recorremos às diversas transformações econômico-sociais ocorridas, aqui, nas últimas décadas do século XIX. Desta forma, a partir da segunda metade do século XIX, teríamos uma série de fatos que se aglutinariam aos processos modificadores transcorridos no Brasil, como por exemplo, a imigração e o definhamento da escravidão, o crescimento dos Partidos Republicanos, a campanha do Federalismo frente a centralização monárquica, a participação do exército brasileiro na chamada Questão Militar, a constituição das oligarquias, a industrialização e até a urbanização, os quais de uma forma articulada contribuíram, quer direta ou indiretamente, para o advento da República. Veremos, em seguida, de forma sucinta, como se processaram estes fatos que antecederam a Proclamação da República no Brasil.

A Monarquia no Brasil mantinha uma organização de um governo centrado em uma elite. Os integrantes do governo eram recrutados entre os setores sociais dominantes (proprietários de terras e comerciantes). Contudo, segundo Maria Yedda Linhares, “*esta união entre a Monarquia e as elites brasileiras não servia de garantia para a unidade da elite política*”.<sup>41</sup> Havia oposição à esta forma de dominação política. Um dos indicadores, que mais informava das dificuldades de se estabelecer este sistema nacional, sob o domínio monárquico, é dado por uma série de revoltas que abalaram o país entre 1831-1848. O primeiro ciclo de levantes deu-se entre 1831 e 1835, e refletia as inquietações dos segmentos urbanos, conjuntamente com as demandas do exército que protestava contra, “*os altos custos de vida, a desvalorização da moeda e o monopólio português sobre o comércio*”.<sup>42</sup> Como o governo não podia contar com a força armada, criou a milícia civil da Guarda Nacional, que reprimiria as “classes urbanas”. A segunda onda de levantes

<sup>41</sup> LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*, p. 178.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 178.

deslocou-se para o interior, para as áreas rurais, onde camponeses, trabalhadores livres<sup>43</sup> e escravos<sup>44</sup> se engajariam nos levantes. Entre 1835 e 1948, as revoltas tiveram a participação das camadas sociais que se enquadravam na base do sistema e de setores dominantes regionais. As grandes revoltas de 1842 envolveram grandes proprietários de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo por causa da falta de mão-de-obra. Estas últimas revoltas indicavam que não existia um consenso entre as camadas dominantes. Estas revoltas demonstravam claramente que os proprietários rurais não compactuavam com a Coroa, na medida que era uma reação liberal às medidas centralizadoras no Segundo Reinado (que foram implementadas pela aliança de burocratas e políticos ligados à grande cafeicultura fluminense em 1837).

Em 1855, houve uma reforma eleitoral, a qual garantia, entre outras coisas, a representatividade das minorias, ou seja, de segmentos minoritários dentro dos grupos sociais dominantes.

A representatividade do sistema político Imperial centrava-se nas categorias liberais e conservadoras, definidas a partir das diferenciações econômicas e sociais. Estavam excluídos não somente os escravos, mas também um largo segmento da população de homens livres.

No ano de 1881 houve mudanças significativas, nas quais eliminava-se a votação em dois turnos, verificação da renda de mais de 200.000\$ réis e proibiu-se o analfabeto de votar. Segundo Maria Yedda Linhares: "*no ano de 1886 apenas 0,8% da população livre do país tinha acesso ao voto.*"<sup>45</sup> Deste modo, observamos que a cidadania plena era bitolada a apenas uma pequena parcela da sociedade. É na vigência deste sistema político, caracterizado pela aliança Coroa-Elite que seria processada a abolição da escravatura e

<sup>43</sup> O homem livre: era aquele homem que não era proprietário de terras, ocupava-se em uma economia de subsistência, que era pobre e rudimentar, mas ainda preferível ao assalariamento pelo latifúndio. (MENDES JR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História: República Velha*. p. 81).

<sup>44</sup> Escravo: homem que é subjugado e vive sob absoluta sujeição a um senhor, trabalhando de forma compulsória pelos mais diversos tipos de trabalhos subserviente. (MENDES JR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p.81).

<sup>45</sup> Ibid., p. 182.

decretada Lei de Terras (1850)<sup>46</sup>. A importância desses acontecimentos pode ser medida pelo fato de remeterem às duas bases da estrutura econômico-social do país -a mão-de-obra escrava e os grandes latifúndios. A questão do processo da abolição, entretanto, deve ser analisado no que diz respeito às diversas dimensões macro-históricas e mundiais do processo, principalmente com o surgimento do capitalismo como sistema dominante mundial. É a partir desta vertente que observamos as constantes pressões principalmente da Grã-Bretanha capitalista contra a escravidão.

A Inglaterra tinha feito tratados para a suspensão do tráfico de escravos, no Atlântico, para o Brasil. Antes, já havia arrancado sucessivos tratados de Portugal, como em 1810-15-17, que limitavam paulatinamente a legalidade do negócio negreiro. Contudo, o Brasil independente se comprometia a eliminar o tráfico até 1830. Todavia, o Brasil não cumpriu o acordo, sendo desta forma pela Inglaterra aprovado o decreto de 1845, a Bill Aberdeen<sup>47</sup>. Precisamente, cinco anos após era implantada a Lei Eusébio de Queiroz<sup>48</sup>. Não há dúvida nenhuma de que a influência Inglesa teve um peso importante na abolição do tráfico negreiro no Brasil. Afinal, o Brasil fazia parte também da economia mundial, sob a hegemonia do capitalismo, com sede, principalmente, na Inglaterra. Apesar do Brasil está inserido em uma economia mundial, não há indícios de uma interferência direta do capital Inglês na produção agrícola. O Estado, contudo, para custear as suas atividades, recorria ao mecanismo do endividamento interno e será este mecanismo que, por exemplo, custeará, em grande medida a Guerra do Paraguai<sup>49</sup>, principal atividade bélica em que o Brasil se envolvera no Segundo Reinado.

Faz-se necessário apontar que durante todos os levantes relatados até agora, nenhum reivindicou a eliminação da escravidão. De certo modo, mais cedo ou mais tarde: *"se reconheceria a obrigatoriedade de se cumprir a convenção Internacional estabelecida*

<sup>46</sup> A Lei de Terras de 1850: foi uma lei que proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse o da compra, colocando fim às formas tradicionais de posse, como a da ocupação ou de doações de terras pela Coroa Portuguesa. (Ibid., p.81.)

<sup>47</sup> A decreto Inglês conhecido por Bill Aberdeen foi uma lei que dava o direito de aprisionar qualquer navio negreiro que fosse pego em águas internacionais, podendo assim julgar e condenar os traficantes de negros no Almirantado britânico.(LINHARES, Maria Yedda. Op.cit., p. 183).

<sup>48</sup> A Lei Eusébio de Queiroz foi uma lei brasileira, com a qual o governo abolia o tráfico negreiro no Atlântico. (Ibid., p. 183.)

<sup>49</sup> A Guerra do Paraguai (1864) iniciou-se quando os paraguaios aprisionaram um navio de guerra brasileiro. A guerra fora também uma resposta para o ponto de inflexão na história do exército brasileiro e uma resposta à ofensiva expansionista do Império Brasileiro na região.(MENDES JR. Antonio. MARANHÃO Ricardo. Op. cit., p.133).

*com a Inglaterra e as conseqüências de seu não cumprimento*".<sup>50</sup> Neste interim, somente Brasil e Cuba eram os únicos países que mantinham o tráfico negreiro.

Durante a segunda metade do século XIX observamos transformações econômicas e sociais direcionados pelo capitalismo mundial. Assim, de um lado teríamos a lei anti-tráfico de 1850, que criaria uma escassez de mão-de-obra cativa, agravada nas décadas de 1870-80 pela produção agro-exportadora nas novas áreas de fronteiras. De outro lado, o aumento do setor urbano e com ele as insurgências de grupos sociais não comprometidos diretamente com os interesses escravistas, de onde posteriormente sairiam os grupos abolicionistas. Estes grupos também se juntariam aos fazendeiros do Oeste Paulista. Segundo Antonio Mendes Jr, *"a radicalização dos grupos abolicionistas fora caracterizada por ações de rebeldia popular, assumiram um caráter anti-monarquista, aonde comícios contra a escravidão e contra o Império tornaram-se cada vez mais comuns no decorrer da década de 80 em todos os centros urbanos"*.<sup>51</sup> Sobretudo, com a coligação desses grupos abolicionistas aos lavradores do Vale do Paraíba. Estes fazendeiros paulistas eram na verdade, agricultores de "novo tipo" pois, *"estes fazendeiros possuíam uma mentalidade capitalista e, portanto, aberta a novos métodos e soluções, entre os quais o trabalho livre"*.<sup>52</sup> Concluímos desta forma que a abolição da escravatura seria o resultado da emergência de uma situação econômica social, do surgimento de novas forças sociais no Brasil.

Todas as transformações que o país estava presenciando dentro da sua sociedade, concernente à política e à economia, devem ser avaliadas de maneira muito cautelara, pois estas mudanças eram extremamente delicadas, faz-se necessário apontar duas vertentes. Primeiramente, observamos que os abolicionistas, ao defenderem o fim do cativo, o faziam como uma medida contrária com a hierarquia sócio-econômica vigente. Todavia, deve-se avaliar também o receio que os grupos dominantes tinham das rebeliões e fugas "maciças" dos escravos, ocorridas principalmente nas décadas de 70 e 80. A questão colocava-se não apenas na permanência o trabalho escravo, mas principalmente na ordem existente, a hierarquia social. A abolição da escravatura deveria ser conduzida de modo a permitir uma nova introdução do negro liberto na sociedade, pois, *"há a necessidade de*

<sup>50</sup> LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p. 184.

<sup>51</sup> MENDES JR, Antonio. MARANHÃO, Ricardo Op. cit., p. 137.

<sup>52</sup> LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p. 185.

*medidas educativas para o liberto, de forma a inseri-lo na sua "nova" condição de livre, mas ainda assim trabalhador para o outro, ou seja, de trabalhadores para seus antigos senhores.*"<sup>53</sup> O desafio constava em se re-introduzir estes antigos escravos numa nova sociedade que estava a se formar. Em segundo lugar, na observância das modificações empreendidas, apontamos que São Paulo durante a década de 1870-80, era o maior comprador de escravos do país. O estado estava absorvendo os escravos em um ritmo muito superior às duas maiores províncias escravistas que eram Minas Gerais e Rio de Janeiro. Um fato preponderante neste quadro deu-se a partir da década de 1880, quando os fazendeiros paulistas começam a adotar o trabalho imigrante. Com as novas medidas tomadas pela administração provincial de São Paulo referentes a aprovação pela Assembléia Legislativa de leis que controlassem a imigração, que esta estivesse correlata ao governo estadual, ou seja, os custos da transação seriam repassados para a sociedade paulista.

O Congresso Agrícola de 1878 referiu-se aos lavradores paulistas sobre a questão servil; apontava que os fazendeiros do Rio de Janeiro como de "velho tipo" (possuíam uma forte tradição escravista) e os de São Paulo como de "novo tipo" (não possuíam uma forte e enraizada tradição escravista). Eles cerrariam fileiras na defesa da escravidão e contra também, pois, *"a retomada das idéias da eliminação do trabalho escravo na Monarquia (elite política) frente às mesmas bases sociais seria um problema principalmente mediante as grandes lavouras.*"<sup>54</sup> Tudo o que acabamos de dizer é bem esclarecido na aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871.<sup>55</sup> Esta lei fora uma forma de manobra do governo para acalmar as forças oposicionistas. Segundo Antonio Mendes Jr, *"vamos mudar alguma coisa, para que tudo continue como está."*<sup>56</sup> Não precisamos nem dizer que esta atitude colocava limites demográficos precisos à reiteração da escravidão. Era um meio de apaziguar tanto abolicionistas como monarquistas (elite política). De forma que tal lei começou sua trajetória sendo encaminhada pela Coroa, secundada pelo Gabinete conservador e apoiada na imprensa abolicionista e parte do Partido Liberal. Segundo Maria Yedda Linhares, *"contra esta lei tomaram a posição os proprietários das províncias do*

<sup>53</sup> Ibid., p. 185.

<sup>54</sup> Ibid., p. 186.

<sup>55</sup> A Lei do Ventre Livre de 1871 no Art 1º declara que os filhos de mulheres escravas que nascem no Império, desde a data desta Lei serão considerados em condição livres e havidos por ingênuos a partir de sua promulgação. (MENDES JR. Antonio. MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 124).

<sup>56</sup> Ibid., p. 124.

*Sul (em especial os cafeicultores) e seus representantes.*<sup>57</sup> De maneira que, a sua aprovação somente fora possível com o voto favorável dos representantes do Norte e dos funcionários públicos presentes no Congresso.

Os ânimos abolicionistas ficaram mais aguçados na década de 1880 com a criação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e Associação Central Abolicionista, entre outras, que passariam a construir a Confederação Abolicionista. O crescimento das associações e campanhas abolicionistas e suas vitórias ao redor do Brasil (com a libertação específica dos escravos das províncias do Ceará e Amazonas como exemplo) assustavam os escravocratas e pressionavam o governo.

No intuito de apaziguar os ânimos exaltados, o governo mais uma vez procurou recorrer a uma tática "reformista" no dia 28 de setembro de 1885 com a aprovação da Lei dos Sexagenários<sup>58</sup>. Entretanto, esta Lei era tão absurdamente latifundiária e escravista que previa um pagamento de indenização aos proprietários de escravos pela sua libertação. Segundo Antonio Mendes Jr, *"esta lei dos Sexagenários previa que os escravos libertos por chegarem aos 60 anos deveriam dar mais três anos de trabalho gratuito ao seu senhor; estabelecia uma multa de 500 a 1.000 \$ réis aos que dessem ajuda aos escravos fugitivos; obrigava os escravos a trabalhar por cinco anos no município aonde fossem libertos, sob pena de prisão."*<sup>59</sup> Como observado, para o escravo, esta lei significou uma liberdade de caráter apenas formal. Por isso até mesmo os abolicionistas mais moderados se opunham a esta lei. A implantação da Lei do Sexagenário não fez retroagir o movimento pela Abolição, ao contrário, apenas estimulou os ânimos e encaminhou a escravidão para a resolução mais imediata e fatal.

No dia 13 de maio de 1888 a princesa Isabel, assinou a Lei Áurea,<sup>60</sup> que trouxe a extinção da escravatura no Brasil. Este gesto não fora fruto de um coração piedoso de um regente. Outrossim, retratava uma grande luta nos bastidores de um país, com muitas lutas

<sup>57</sup> LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p. 186.

<sup>58</sup> A Lei dos Sexagenários era uma lei que previa a liberdade dos escravos com mais de 60 anos de idade. (MENDES JR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 127).

<sup>59</sup> Ibid., p. 127.

<sup>60</sup> A Lei Áurea: foi uma lei assinada pela princesa Isabel com a qual ficavam libertos da submissão compulsória de seus senhores, todos os negros cativos no Brasil a partir da data de 13 de maio de 1888, ou seja, implantava-se a abolição da escravatura. (MENDES JR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 128).

*Deve-se fazer distinção...  
conceitos, opiniões...  
do texto...  
no contexto*

*manus, vey  
bibliografia  
- ilha*

violentas, sangrentas e cheias de heróis anônimos em prol da libertação dos escravos no Brasil. Estes que lutaram por muitos anos, mostraram que a monarquia no Brasil estava obsoleta, que já estava ultrapassada nas suas idéias e procederes, e que já não gozava de um apoio social, sendo que, mais cedo a mais tarde, esta estava fadada ao aniquilamento no Brasil. O ato perpetrado pelo Império de abolir a escravidão do Brasil, nada mais foi do que um suicídio político. Segundo Antonio Mendes Jr, *"o suicídio político aconteceu devido a perda do apoio do último setor social que ainda se interessava em prolongar sua agonia: os grandes latifúndios de café fluminenses e vale-paraibanos paulistas, escravistas até a medula."*<sup>61</sup> Em suma, a Monarquia morreu quando a princesa Isabel assinou o seu atestado de óbito com a proclamação da abolição da escravatura no Brasil. A abolição significou o deslocamento do Estado e de suas bases sócio-econômicas.

causa  
de  
monarquia  
  
motivo  
simplista

As bases de sustentação econômica estavam abaladas nas instituições monárquicas e no poder Moderador.<sup>62</sup> A partir de 1870, as agitações que se sucederam no país imbricadas primeiramente pelo movimento abolicionista e depois pela propaganda republicana. Elas levantaram sérias apreensões nos meios governistas quanto a preocupação sempre crescente com o autoritarismo no Brasil e quanto a questionamentos sobre qual seria o destino da "Monarquia no Brasil".<sup>63</sup> Essas agitações culminaram em intensas articulações políticas pelos militares e políticos republicanos, que resultaram em no dia 15 de novembro de 1889 na Proclamação da República no Brasil.<sup>64</sup> Todavia, o estabelecimento da República foi parte culminante de todo um período prévio que começou propriamente dito nos dia 09 de novembro de 1889 no Clube Militar. Com a presidência de Benjamin Constant, começou-se a articular, ali, um movimento revoltoso, o qual teve a participação de civis republicanos. O Marechal Deodoro da Fonseca (oficial do exército), no dia 11 de novembro, encabeçou a conspiração. Contudo, apesar do Marechal

<sup>61</sup> Ibid., p. 128.

<sup>62</sup> Poder Moderador: era um atributo do monarca, aonde este nomeava e demitia livremente os ministros de Estado. (LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p.180).

<sup>63</sup> A Monarquia no Brasil: além de subordinar as províncias ao poder central, nomeando presidentes de cada uma delas e controlando toda a renda arrecadada com os impostos, manipulava os quadros políticos do Império, como os senadores e ministros de Estado, os quais eram dominados pelas facções mais conservadoras da elite agrária brasileira apegadas ao trabalho escravo, e às formas tradicionais de produção. A Monarquia neste sentido, constituía-se em um empecilho à expansão da área mais dinâmica da economia, pois o poder econômico dos cafeicultores do Oeste Paulista não correspondia ao mesmo grau de poder político. (MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, p. 160-161.)

<sup>64</sup> A Proclamação da República foi um movimento realizados pelos militares e políticos republicanos que provocou em todo os Estados uma reação de cadeia de atos semelhantes, na implantação de um novo regime republicano, que culminou na tomada de poder das mãos dos monarquistas decadentes. (SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 111).

Deodoro da Fonseca tomar a dianteira, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva e outros republicanos participaram da revolução a ser deflagrada. Segundo Antonio Mendes Jr, só no "dia 20 de novembro é que se deflagraria a Proclamação da República, mas o movimento foi antecipado para o dia 14 a fim de evitar contramedidas."<sup>65</sup> O 1º Comando do Regimento de Cavalaria, o Major Sólton Ribeiro, espalhou entre os batalhões um boato de que estes seriam deportados para as províncias e que havia ordem de prisão para o Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant. O Visconde de Ouro Preto<sup>66</sup> queria substituir, no Rio de Janeiro, o exército pela Guarda Nacional.

Foi neste ambiente configurado por todas estas transformações, ocorridas ao longo destas décadas, as quais tiveram o seu ápice na abolição da escravatura, que se intensificaram os movimentos republicanos no Brasil, culminando com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. \*

## 2.2 – A Implantação da República no Brasil.

No dia 15 de novembro de 1889, com a implantação da República no Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando das tropas e marchou contra o Ministério da Guerra, onde estavam refugiados os líderes monarquistas. Floriano Peixoto não quis obedecer às ordens do Visconde de Ouro Preto, de modo que houve confronto entre os soldados e oficiais, que se juntaram e depuseram os ministros imperiais. Naquele mesmo dia José do Patrocínio declarou proclamada a República no Brasil e dois dias depois a família real embarcava para o exílio.

No dia seguinte à instalação da República, se formou um Governo Provisório encabeçado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Segundo Maria Yedda Linhares foi um período na qual houve, "*a dissolução das Assembléias Provinciais, Câmaras Municipais e de Deputados, foi o fim da vitaliciedade do Senado, a extinção conjunta do Conselho de Estado, da separação entre a Igreja e o Estado e a nomeação de interventores para os estados.*"<sup>67</sup> Entre outras providências da República estava também a elaboração da

<sup>65</sup> MENDES JR. Antonio. MARANHÃO. Ricardo. Op. cit. p.139.

<sup>66</sup> O Visconde de Ouro Preto era membro do Partido Liberal do Ouro Preto (MG), um esclarecido reacionário que foi nomeado presidente do Conselho Liberal em junho de 1889. (Ibid., p. 139).

<sup>67</sup> LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p. 190.

Essas tropas  
estão soltas  
fixados  
historiografia  
temos ditador  
os ministros  
partido  
demais  
-41

primeira 1º Constituição republicana do país, promulgada em 24 de fevereiro de 1889. Esta Constituição expressa que a política brasileira passaria a ser sustentada pelo federalismo<sup>68</sup>, presidencialismo e regime de representatividade; que o governo do país seria exercido por três poderes, caracterizados pelo Executivo (exercido por um presidente eleito diretamente com mandato de 04 anos e auxiliado por um ministério por ele escolhido); Legislativo (formado pelo Senado Federal e pela Câmara de Deputados, eleitos mediante sufrágio universal (voto); Judiciário (cujo órgão máximo e intérprete da Constituição seria o Supremo Tribunal Federal.<sup>69</sup> Com o federalismo implantado no país, a autonomia econômica e administrativa dos estados era concebida de modo a estes poderem escolher suas autoridades executivas e assembleias legislativas, contrair empréstimos e possuir corpos militares próprios. Pois, *“esta autonomia, entre outras coisas, era uma das reivindicações das oligarquias regionais, na medida em que com isso, poderiam manobrar melhor a economia e a política de seus estados.”*<sup>70</sup> Com as reformas republicanas, a ampliação da capacidade de ação dos grupos dominantes e das novas elites políticas seria mais representativa. Os interesses regionais, com o federalismo, e os de classe teriam mais acesso ao poder. Todas as reformas de cunho liberal atendiam aos interesses de grupos dominantes, entre eles o da grande lavoura. Por outro lado, restringiu-se o direito de participação (da cidadania) da maior parte da população. Isso fica bem claro quando nos detemos em um dos fenômenos presentes nos primeiros anos republicanos: “o coronelismo.”<sup>71</sup>

A passagem do Império para a República no Brasil, bem como no Nordeste, não implicou na redução do mandonismo local; ao contrário, acentuou-se esta característica, com os chefes políticos locais e regionais ficando mais fortes. O “coronel” era um chefe político supremo de toda uma “parentela,”<sup>72</sup> que podia estender sua autoridade no âmbito local, estadual e regional, e até mesmo chegar ao nível nacional. Segundo Edgar Carone,

<sup>68</sup> O federalismo: era a concessão de ampla margem de autonomia aos Estados, com a qual poderiam contrair empréstimos no exterior, ou ainda criar impostos interestaduais consagrados pela Constituição de 1891. (LINHARES. Maria Yedda. Op. cit., p.190.)

<sup>69</sup> Ibid., p.191.

<sup>70</sup> Ibid., p. 191.

<sup>71</sup> O coronelismo: era o desenvolvimento da autonomia de agrupamentos sociais e políticos dentro dos Estados brasileiros. (CARONE, Edgar. Instituições e Classes Sociais. p. 252).

<sup>72</sup> A Parentela: era a formação de um grande grupo de pessoas ligadas entre si por laços de parentesco, alianças (uniões matrimoniais que estabeleciam laços de parentesco entre famílias) e compadrios (uniões entre padrinhos e afilhados – esse tipo de relação poderia ser estreitado com as uniões de parentescos). (LINHARES. Maria Yedda. Op. cit., p.192).

no ficaram mais  
fortes. Ver bibliografia  
-llm

*“ O coronel é o chefe do clã, título que não só engloba a família que lhe segue e obedece, mas também aos agregados onde este coronel dava-lhes terras; ajuda quando doente; empregos políticos; empréstimos de dinheiros; obtenção de créditos; proteção de autoridades policiais; é juiz na questão de terras; comerciante e agricultor, pois, o coronel ajuda nos recursos financeiros representando a potência econômica fundamental de um município; é homem de fé, pois anima festas religiosas e as oficializa; é hospitaleiro dando abrigo aos de fora, cedendo sua casa e mesa para a segurança de todos que o procuram.”<sup>73</sup>*

A matéria prima do coronelismo era o “curral eleitoral,”<sup>74</sup> o “voto de cabresto”<sup>75</sup> e as “eleições,”<sup>76</sup> em que políticos e coronéis elegiam seus governantes para juntos governarem a máquina política-administrativa dos estados conjuntamente com os interesses políticos e econômicos dos donos da terra (ainda que fossem latifúndios improdutivos).

A estrutura corenelística é um outro lado de uma sociedade desprovida de instituições democráticas, na qual os direitos civis e políticos não são plenos (o voto se transforma em um bem frente ao poder privado). Portanto, as possibilidades de organização das camadas sociais dominadas são precárias. Sobre essa estrutura, em parte, se ergueria a chamada “Política dos Governadores,”<sup>77</sup> prática que dominaria a cena política da República dos Plantadores. Durante um longo período esta política significou um

<sup>73</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p. 253.

<sup>74</sup> O curral eleitoral: era a constituição de uma vasta clientela que vivia imersa numa rede de relações pessoais com coronéis a se subordinar a um controle político de uma região. (JR. Antonio Mendes. MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 190).

<sup>75</sup> O voto de cabresto: era na verdade uma arma de coerção que os coronéis usavam para comprar e barganhar o voto do eleitor para garantirem suas eleições locais e estaduais, e elegerem desta forma seus candidatos, aonde o eleitor ao colaborar com o coronel dando-lhes seu voto garantido, era agraciado com os mais diversos “favores sociais e econômicos.” (LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p. 193).

<sup>76</sup> As eleições: dentro da instituição do coronelismo ocorria a “eleição de bico de pena.” A eleição de bico de pena era uma eleição fraudulenta em que se registravam nas folhas de votação os votos de “fósforo” ou “eleitores fantasmas”, ou seja, a catalogação e contagem de votos de pessoas que há muito já estavam falecidas. (MENDES JR. Antonio. MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 190).

<sup>77</sup> A Política dos Governadores: constituía-se na tentativa de garantir a reprodução aos processos sucessórios em que “oposição” e “situação” revejavam-se desregradamente no poder. Consistindo na aplicação dos seguintes princípios: o reforço da figura presidencial (a disputa da Independência dos poderes) e a solidarização das minorias com os Executivos (estaduais e federal). Partindo do princípio de que o mesmo sufrágio (voto) que elege as primeiras deve eleger os segundos, reconhecia-se a “legitimidade” das maiorias estaduais, comprometendo-se o Governo Federal a não apoiar dissidências locais. (LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p.230).

\*  
Dicio-inio

comprometimento de várias situações políticas, econômicas e sociais, visando apoiar a política e os candidatos presidenciais.

A base e a sustentação do sistema coronelístico, ao longo de toda a República Velha, estava nos homens de famílias poderosas e ricas como no caso dos estados mais importantes como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Estes coronéis dominavam com facilidade os partidos estaduais. Segundo Antonio Mendes Jr., *"As dissidências locais assumiram, quase sempre, a feição de disputa entre "alas" do partido, sendo possível o exercício dos coronéis no centralismo regional para assegurar a coesão necessária para projetar sua força no âmbito regional, estadual e até federal."*<sup>78</sup> D. M. Filho

Todavia, já nos estados mais pobres, como era o caso da região Nordeste, que possuiu pouco desenvolvimento econômico, as disputas acabavam em cisões partidárias e na fundação de novos partidos de expressão estadual. Muitas lutas se processaram na Primeira República; intermináveis lutas coronelísticas e oligárquicas ocorreram no Norte e Nordeste do Brasil, onde grupos se alternavam no poder para controlar a política estadual. De norte a sul, do início ao fim do coronelismo, os coronéis mantiveram forças armadas (tropas) para combate, o que reafirma o seu poderio. Segundo Edgar Carone o coronel, *"tinha a ajuda até mesmo de cangaceiros (homens que eram bandidos, salteadores do sertão brasileiro), que lhes serviam para seus desígnios, tornando-se seus aliados e ajudando-os nos grupos armados."*<sup>79</sup> O coronelismo no Brasil possuía um amplo suporte de poder oriundo das mais variadas camadas sociais que, de uma forma direta ou indireta, ajudavam o poder local nas suas dominações hierárquicas, patriarcal.

No Brasil, durante os primeiros momentos da República, criou-se a figura do partido único, limitando-se à existência dos PRs (Partidos Republicanos) estaduais. Através deles, permitiu-se que as Oligarquias<sup>80</sup> locais implantassem o seu poder. Deste modo a participação na sucessão à presidência e a condução das grandes questões nacionais tinham o apoio incontestável das oligarquias. O domínio das oligarquias configurava-se como um Grande Clube Oligárquico, que era responsável pela unidade e estabilidade do regime, principalmente dando cobertura à sucessão alternada, no Executivo

<sup>78</sup> MENDES JR. Antonio. MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 191.

<sup>79</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p. 269.

<sup>80</sup> Oligarquia : governo em que a autoridade, o poder esta nas mãos de poucas pessoas; baseia-se na estrutura familiar patriarcal. ( CARONE. Edgar. Op. cit., p. 269).

Federal, das lideranças políticas e econômicas, no sistema denominado de política do Café-com-Leite.<sup>81</sup> Desta forma, o apoio das Oligarquias estaduais nos demais estados da federação estaria em conformidade com os planos de dominação das oligarquias do Sudeste.

A origem das Oligarquias vem em parte do Império e, outras vezes, do novo regime republicano. Pois, a estrutura do federalismo concebeu e perpetuou uma nova maneira de governo, com a predominância do coronelismo, que concedia a estabilidade do poder. No Brasil, o coronelismo já convivia lado a lado com as famílias oligárquicas. O que diferenciava estas duas vertentes de poder era que, *"a ação do coronel tende para a esfera privada e das oligarquias tende para a esfera pública."*<sup>82</sup> O oligarca, porém, é um coronel como outro qualquer ou um representante dele, que se mantém pela liderança, pelo autoritarismo e pelos favores concedidos aos seus aliados, apenas mudando a esfera de domínio. A união dos coronéis com os oligarcas em torno da manutenção do poder republicano em cada estado do Brasil, possuía um objetivo, que configurava-se na responsabilidade e compromisso que ambos tinham no processo do desenvolvimento capitalista do país como um todo. Segundo Antonio Mendes Jr,

*"as oligarquias, num processo incipiente nos Estados atrasados, mas discernível de modo mais claro nos adiantados, as oligarquias, progressivamente, deixam de ser a expressão pura e simples do coronelismo em outra escala (...) seria responsável pela ampliação da autonomia decisória ao nível estadual, acompanhada por um aumento da responsabilidade pela coisa pública, ao mesmo tempo a necessidade de enfrentar problemas políticos-administrativos antes inexistentes ou ligados à esfera do poder central."*<sup>83</sup>

ideologia - convencimento  
mecanismos

É neste contexto que observamos que ~~as Oligarquias se destacam do coronelismo~~?  
pois a sua esfera de poder é bem mais abrangente. Contudo, a oligarquia possuía algumas características de poder, copiadas da ideologia coronelística. Segundo Edgar Carone,

Existe uma  
ideologia coronelística

Oligarquia copiava  
características

<sup>81</sup> A Política do Café-com-leite : foi denominada desta forma devido a alusão dos interesses agrários de São Paulo (setor cafeeiro) e Minas Gerais (setor agrário), que eram oligarquias do sudeste, sobre os principais órgãos federais. (LINHARES, Maria Yedda, Op. cit., p. 213).

<sup>82</sup> MENDES JR, Antonio. MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 191.

<sup>83</sup> Ibid., p. 191.

\* Concluído com coisas materiais,  
partes, pedras, diamantes

ideologia  
coronelística?

*"a formação de grupos impermeáveis, com raras participações de elementos estranhos (a escolha de altos membros de governo é feita entre as pessoas proeminentes do partido oficial, com raras exceções, a lealdade é exigida em relação ao Partido e não à Nação) para se evitar oposição armada e lutas nacionais pelo poder: domínio sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário, emprego de familiares e adeptos para melhor controle e segurança, a não aceitação de neutralidade, obrigando todos a se definirem contra ou a favor."*<sup>84</sup>

Todos estes termos muito se assemelham à ideologia imposta e usada pelo coronelismo regional no país.

Era através destas prerrogativas de poder que as oligarquias no Brasil, de forma direta ou indireta, governavam a todos, nas mais variadas esferas do sistema político, econômico e social.

Na institucionalização das oligarquias no Brasil, a política que predominava era da cúpula e da organização partidária. As oligarquias estavam divididas em duas categorias. A dos Estados brasileiros mais adiantados que usavam de violência e conflitos para se manterem no poder, pois, as relações de produção, os grupos e exigências são mais complexos, e cujos conflitos são amortecidos pelo mecanismo do partido dominante, facilitando até mesmo os conluíus.<sup>85</sup> Segundo Edgar Carone, "nos Estados menos ricos – a maioria – existem os PRs., mas o controle do grupo ou família é quase absoluto."<sup>86</sup> Desta forma, as Oligarquias formavam e se apossavam dos partidos estaduais, e seu predomínio significativa controle partidário e controle governamental. Com esta doutrina governamental das Oligarquias encobriam-se as formas de coerção que, no geral, funcionavam como base do critério pessoal: "juizes, funcionários públicos, deputados, dependem em grande parte do beneplácito do governo, daí a possibilidade de "curvá-los" ao seu poder absoluto."<sup>87</sup> As Oligarquias locais manipulavam toda uma sociedade em prol de seus próprios benefícios obrigando a todos, de certa, forma a se moldarem às suas mais

<sup>84</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p. 270.

<sup>85</sup> Conluíus: negociatas com grupos nacionais ou estrangeiros, concessões de terras por políticos referentes a projetos econômicos e administrativos que ultrapassavam os limites municipais e até mesmo estaduais, até planos de colonização. (MENDES JR, Antonio. MARANHÃO, Ricardo. Op. cit., p. 191.)

<sup>86</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p. 273.

<sup>87</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p. 270.

= CONLUÍUS? !? — na distinção do conceito de "curvá-los" gulyan

coisa - palavras - conceito

\*

?

diversas formas de poder. Assim, as oligarquias dominavam os governos e partidos para a realização de seus interesses, confundindo-os com os interesses da sociedade.

Durante a Primeira República no Brasil, assistimos a intermináveis lutas oligárquicas, em que grupos se alternavam no controle do poder na política estadual. Nessas lutas se manifestava a ação de oligarquias de cunho familiar. Possuímos, na geografia oligárquica brasileira, uma amostra do que foi este domínio. Segundo Edgar Carone, o perfil das Oligarquias no Brasil estava assim definido:

*“No Estado do Rio (Porciúncula e Nilo Peçanha); Mato Grosso (os Murtinhos e Ponce); Goiás (Bulhões); Espírito Santo (Jerônimo Monteiro); Santa Catarina (Lauro Müller); Amazonas (Nery); Pará (Montenegro); Maranhão (Benedito Leite); Ceará (Acióli); Rio Grande do Norte (Pedro Velho); Pernambuco (Rosa e Silva); Alagoas (Malta); Sergipe (Padre Olimpio de Campos e General Valadão); Bahia (Luís Viana e Severino Vieira); Paraíba do Norte (Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa.)”<sup>88</sup>*

A principal característica de todas estas oligarquias no Brasil estava alicerçada na parcialidade, na prepotência, no domínio tentacular, abarcando postos e posições, empregos e negociatas para seus parentes e clientes. Observemos alguns exemplos clássicos de domínio Oligárquico no Brasil:

*“No Rio Grande do Sul o poder oligárquico é tão forte que Júlio de Castilho Borges de Medeiros manteve-se no poder por 25 anos de governo desde 1898 até 1923 nem mesmo a “revolução de 1893-95, nem a formação de partido federalista e libertador, com o lançamento de diversas candidaturas ao governo, tinham abalado o poder monolítico de Júlio de Castilho e Borges de Medeiros.”<sup>89</sup>*

A força da política oligárquica se faz presente também no Ceará, onde os Aciólis detiveram a máquina política e administrativa. Os postos-chaves eram ocupados por *“seus familiares ou pessoas de estrita confiança, colocavam seus irmãos na Secretária do*

<sup>88</sup> Ibid., p. 277.

<sup>89</sup> Ibid., p. 277.

*Interior, nomeavam seus parentes para a Escola Normal, um cunhado era nomeado como diretor da higiene pública, um para secretário da fazenda, e vários para o correio etc.*"<sup>90</sup>

Como arremate de exemplos de oligarcas no Brasil, mencionemos o poder da Oligarquia dos Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte, onde Pedro Velho foi o representante do republicanismo e que, desde que assumiu o controle do Estado em 1892 até a sua morte em 1911, exerceu o seu domínio de forma direta ou indireta, pois,

*"Ele governa até 1895 e depois passa o cargo a um elemento de sua confiança, José Ferreira Chaves. Em 1900 quando sobe ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Norte seu irmão Alberto Maranhão, seu genro, Tavares de Lira é o seu sucessor, e em um segundo mandato como governador do Estado retorna novamente Alberto Maranhão."*<sup>91</sup>

### 2.3 – A Oligarquia dos Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte.

Tanto no Brasil como no Rio Grande do Norte o chamado sistema coronelístico-oligárquico só fora concebido e possível à medida que a Constituição republicana de 1891<sup>92</sup> garantiu, entre outras premissas: *"autonomia da política dos Estados, que passaram a eleger seus governadores e, por outro (...) a autonomia financeira, quando determinava que a arrecadação dos impostos de exportação - principal fonte de receita passaria a ser feita pelos estados, que também poderiam contrair empréstimos externos."*<sup>93</sup> Neste veio de novas mudanças, dentro do processo de transição da Monarquia para a República, cada estado consegue fundar seu próprio partido republicano, com o qual controlava o governo e a máquina administrativa e a renda

<sup>90</sup> Ibid., p. 277.

<sup>91</sup> Ibid., p. 283.

<sup>92</sup> A Constituição Republicana de 1891 instituiu o *federalismo* (a autonomia dos estados peça fundamental para a Independência do Estado concernente ao empreendimento político e econômico dos mesmos); *presidencialismo* (passagem de um regime monárquico que preservava o posto do chefe supremo da nação, onde a chefia do poder é exercido por um presidente eleito. Este passava a fazer parte da decisão dos momentos decisivos na vida política inaugurada); o *regime representativo democrático* (no qual a legislação republicana abria a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes marginalizado). (MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte: Império e República (1822-1930)*, p. 121-122).

<sup>93</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 163.

Na  
página  
antes  
de  
língua  
difícil

pública. As marcas registradas destes novos sistemas oligárquicos estaduais seriam a corrupção, o empreguismo e o nepotismo.<sup>94</sup>

No Rio Grande do Norte a figura representativa deste processo oligárquico foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Neto de Fabrício Gomes Pedrosa, e filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e Dona Feliciano Maria, era formado em Medicina no Rio de Janeiro, ocupou cargos públicos como Inspetor da Saúde durante o Império e de Professor do Atheneu Norte-rio-grandense, ensinou na primeira escola de Instrução Pública e secundária da província. Pedro Velho tornou-se abolicionista no ano em que foi abolida a escravatura e fundou a “Sociedade Libertadora Rio-Grandense,” que existiu entre janeiro e maio de 1888. Indicado por João Avelino Pereira de Vasconcelos, *“Pedro Velho seria um dos propagadores das idéias republicanas, para tomar a frente em levar adiante as idéias do Partido Republicano em formação no Rio Grande do Norte. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão com audácia e força desincumbiu sua missão na política.”*<sup>95</sup>

No dia 27 de janeiro de 1889 fundou o Partido Republicano no Rio Grande do Norte, em reunião realizada na residência de João Avelino, no bairro da Ribeira, juntamente com seus irmãos Augusto Severo, Alberto Maranhão, Fabrício, Adelino e Joaquim Scipião. Fundou também, *“o jornal “A República” em 01 de julho de 1889 para divulgar o ideário republicano.”*<sup>96</sup>

Depois de deflagrada a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, no dia 16, o Ministro da Justiça, Aristides Lobo, telegrafou para Pedro Velho e pediu que este Proclamasse a República no Rio Grande do Norte. Pedro Velho assumiu o poder de imediato. Foi a partir deste fato da Proclamação da República que teve origem uma *“Oligarquia que impor-se-ia como a grande força política que dominaria o Estado do Rio Grande do Norte por longos anos.”*<sup>97</sup> A sedimentação de poder da Oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte seguiu o modelo existente no contexto nacional, segundo o qual,

<sup>94</sup> O nepotismo constituía-se em um dos instrumentos mais eficazes para a reprodução do poder político local. através do emprego de familiares diretos, e através de apaniguados e clientes (homens que se apossavam de bens públicos, dividindo estes bens entre indivíduos ou grupos), o que de forma simultânea, garantia a solidariedade pessoal e o controle mais eficaz sobre a máquina política. (LINHARES, Maria Yedda. Op. cit., p. 212).

<sup>95</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 118.

<sup>96</sup> Ibid., p. 119.

<sup>97</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 165.

cada Estado, especificamente, possuía a sua própria Oligarquia. Este modelo, que dava sustentação à Política dos Governadores, ~~fora implantado por Campos Sales~~, e consolidou o mecanismo do sistema político que restringia o domínio político local a uma única Oligarquia. O período de 1892 a 1909 correspondeu a sedimentação do grupo oligárquico de Pedro Velho no poder do estado.

Pedro Velho, entretanto, ao assumir o governo do Estado após a Proclamação da República, cometeu um erro primordial que foi o de formar a sua equipe de governo com membros exclusivos dos antigos Partido Liberal e Conservador do Império, excluindo os republicanos. Segundo Denise Mattos Monteiro, *"esse comportamento político de Pedro Velho provocou descontentamento, cisões e acabou implicando na intervenção do governo federal, que nomeou um outro governador para o Estado."*<sup>98</sup> O Governo Provisório da República, nomeou para o seu cargo o Drº Adolfo Afonso da Silva Gordo como governador interino no lugar de Pedro Velho. Neste interím, ocorreu um período de instabilidade no Rio Grande do Norte. Não apenas a instabilidade resultado da luta interna, mas também pela própria instabilidade na implantação da primeira fase do sistema republicano no Brasil. Outrossim, esta fase caracterizada pelas disputas e pelo o jogo das forças, que de um lado girava em torno de militares, e de outro, daquelas que representavam os interesses dos cafeicultores paulistas. Contudo, Pedro Velho, mesmo estando em meio a conflitos políticos dentro da elite norte-rio-grandense, decorrentes das eleições dos representantes do Estado na Primeira Assembléia Constituinte da República, reuniu em sua chapa do Partido Republicano, todas as grandes lideranças locais. Em consequência foram para o Senado da República, *"José Bernardo de Medeiros, José Pedro de Oliveira Galvão (parente de Pedro Velho) e o erudito Drº Amaro Cavalcanti; para deputado federal o próprio Pedro Velho; Drº Antonio de Amorim Garcia, Drº Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Drº Almino Álvares Affonso."*<sup>99</sup> Todos com excessiva votação, esmagaram a oposição que estava fragmentada em várias chapas. Segundo Cascudo, esta eleição consagrou Pedro Velho: *"Deu-lhe o poder mágico da confiança popular."*<sup>100</sup>

por q-e não  
cita Almino?

<sup>98</sup> Ibid., p. 166.

<sup>99</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 121.

<sup>100</sup> CASCUDO apud Itamar de Souza. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 121.

Em 28 de fevereiro de 1892, Pedro Velho assumiu o Governo do Estado, tendo como seu vice Silvino Bezerra de Araújo Galvão, representante de chefes políticos do Seridó e irmão do "coronel" Zé Bezerra. No Estado do Rio Grande do Norte, a transição republicana dava-se sem nenhuma transformação nas estruturas de poder existentes, no Estado. Assim, formou-se nesta mesma ocasião, "uma estrutura política para Pedro Velho impor ao Rio Grande do Norte a sua Oligarquia."<sup>101</sup>

A Oligarquia Maranhão, constituída por membros da família e amigos, representava os interesses econômicos do grupo, que se ligavam ao comércio exportador de algodão, açúcar e sal, através da política do monopólio e de concessão. Com este proceder, a facção oligárquica da classe dominante se apossava do aparelho do Estado e impedia o fortalecimento do grupo opositor. Esta atitude da Oligarquia é característica da ordem competitiva do liberalismo econômico.

As discussões políticas da época, com suas principais reivindicações, traziam em seus discursos oficiais/ propostas de obras contra os efeitos da seca, "através de açudagem, perfuração de poços e de desobstrução de vales e rios para empregar e combater a evasão da mão-de-obra e beneficiaria à aqueles que tratavam com a agricultura e pecuária."<sup>102</sup>

Com este procedimento, acreditava-se se resolveriam as questões sociais de duas formas, tanto empregando a mão-de-obra inerte devido as secas no interior, quanto trazendo, concomitantemente, muitos benefícios à aqueles que lidavam diretamente com as questões da agricultura e pecuária.

A Oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte era detentora do monopólio dos transportes, de modo que impedia a concorrência de atuar livremente no comércio de transporte de sal no estado. No Rio Grande do Norte, existiam muitos proprietários de salinas, porém o transporte dessa mercadoria era privilégio da família Maranhão que o conseguiu através de contratos vantajosos e privilegiados. Este tipo de sistema político estadual, só foi conseguido e assegurado pelo pacto da "Política dos Governadores," com

<sup>101</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 121.

<sup>102</sup> MARIZ, Marlene da Silva. SUASSUNA, Luiz Eduardo B. Op. cit., p. 123.

Neo-citron (iron) hidratos. Um ma-organizado grupo de forças políticas...

\*  
1  
2  
Seca  
guz...  
ar...  
liberal

Deslocado. O que tem a ver com liberalismo?

?

Impacto a. 1. 6. 05

base nos acordos políticos dos grupos dominantes ao nível federal, estadual e municipal, durante a Primeira República no Brasil.

No Estado, os oligarcas eram apoiados pelos chefes municipais que, em troca, recebiam votos, além de outros favores do governo, tais como: "nomeações, transferências, proteção, da mesma forma que os oligarcas também recebiam do governo central."<sup>103</sup> As relações mútuas de trocas de favores eram visivelmente concedidas como parte das obrigações políticas, que beneficiavam a todos que estavam direta ou indiretamente ligados a Oligarquia.

O poder da Oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte era tão vasto que se estendia da Intendência de Natal<sup>104</sup> à representação do Rio Grande do Norte no Senado Federal. A Oligarquia Maranhão usou o poder regional e o trato de colocar em diversos cargos públicos seus respectivos parentes e amigos para ter controle direto do que estava se passando dentro dos trâmites econômicos e administrativos do estado. Um exemplo deste fato fora o caso de Augusto Tavares de Lira (genro de Pedro Velho), que foi Ministro da Justiça e Negócios no Governo de Afonso Pena, ministro também da Aviação e Obras Públicas na administração de Venceslau Brás; Ferreira Chaves foi Ministro da Marinha. Todavia, a Oligarquia Maranhão consolidou-se de fato, como já foi mencionado anteriormente, quando o regime republicano com a eleição de Pedro Velho pelo Congresso Estadual em 1892 se instalou e se implantou no Rio Grande do Norte.

O sucessor de Pedro Velho nas eleições para governador do Rio Grande do Norte, foi Joaquim Ferreira Chaves,<sup>105</sup> que sendo apoiado pelo seu antecessor, constituiu-se em

<sup>103</sup> Ibid., p. 123.

<sup>104</sup> A Intendência de Natal: foi uma intendência criada a fim de adaptar o estado à realidade republicana. Adolfo Gordo (governador do Rio Grande do Norte), baixou o Decreto nº 08, de 16 de janeiro de 1890, com o qual dissolveu a Câmara Municipal de Natal, e criou o Conselho de Intendentes composto por cinco membros eleitos pela comunidade. Os seus primeiros intendentes nomeados pelo Governador do Estado, foram Fabrício Gomes Pedroza (avô de Pedro Velho) que permaneceu no cargo de fevereiro de 1890 até dezembro de 1895; João Avelino (primo de Pedro Velho) e o Vice-Presidente da Intendência Jovino Barreto (cunhado de Pedro Velho). Tanto interesse na criação e manutenção na Intendência de Natal deve-se ao fato de que naquela época, o Presidente da Intendência da capital era também o Presidente da Junta Apuradora de todas as eleições. E este fato constituía-se de fundamental importância para a sustentação da Oligarquia no Rio Grande do Norte. (SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 119-120).

<sup>105</sup> Joaquim Ferreira Chaves era um pernambucano magistrado, que ~~fizera sua carreira profissional~~ no Rio Grande do Norte. Foi o primeiro Governador eleito diretamente pelo povo; assumiu a função a 25 de março de 1896, e governou até 25 de março de 1900. (MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo B. Op. cit., p. 125).

*D. J. J. 40  
Ful 74  
Lima 11*

fator fundamental para a derrocada nas urnas do seu adversário, José Moreira Brandão Castelo Branco. Ferreira Chaves como membro da Oligarquia liderada por Pedro Velho, fez arranjos políticos que eram do interesses da Oligarquia, entre os quais se destaca a reforma da Constituição de 1892,<sup>106</sup> alterando um dispositivo constitucional, que removia o único obstáculo (limite de idade) para a candidatura do irmão de Pedro Velho (Alberto Maranhão) para o governo do Estado do Rio Grande do Norte que na época tinha apenas 26 anos de idade. Segundo Denise Mattos Monteiro, *"Esta emenda beneficiou também outro membro da Oligarquia que se tornaria Governador: Augusto Tavares de Lyra."*<sup>107</sup>

Outrossim, Tavares de Lyra teve como seu sucessor Alberto Maranhão para o cargo de Governador do Rio Grande do Norte, com apenas 32 anos de idade. Esta emenda Constitucional preparou o caminho para a continuidade e ascensão cada vez maior da Oligarquia Maranhão.

<sup>106</sup> A Constituição de 1892, conforme o Art 28, item 3ºs 4º, determinava que uma das condições essenciais para um cidadão ser eleito governador ou vice era "ser maior de 35 anos". Pois bem, transformado em Constituinte, o Congresso Legislativo reduziu esta idade para 25 anos de idade. Este fato ocorreu em julho de 1898. (SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 124-125).

<sup>107</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit., p. 168.

### 3 – O GOVERNO DE ALBERTO MARANHÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS.

Alberto Frederico Albuquerque Maranhão, nasceu no dia 02 de outubro de 1872 em Macaíba, município do Rio Grande do Norte. Era filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e dona Feliciano Pedroza de Albuquerque Maranhão. Filho de uma das mais ilustres e tradicionais famílias do estado, da qual despontavam figuras como Pedro Velho e Augusto Severo. O primeiro foi um dos líderes que participaram da consolidação da República no Rio Grande do Norte, fez seus estudos iniciais no próprio município de origem (Macaíba). Segundo Meira Pires, "*Alberto Maranhão saiu posteriormente de Natal para ingressar na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Pernambuco, na qual recebeu o diploma de bacharel no dia 08 de dezembro de 1892 contando apenas 22 anos de idade.*"<sup>108</sup> Três anos depois de formado, exatamente no mês de setembro de 1895, casou-se com sua sobrinha, Dona Inês Barreto de Albuquerque Maranhão, filha do coronel Juvino Cezar Paes Barreto, grande industrial que fundou a Fábrica de Tecidos de 1888 e Dona Inês Augusta Paes Barreto. Do seu casamento, deixou uma numerosa prole, a saber, "*Juvino Barreto Maranhão, Cleanto B. M., Judith e Laura, Paulo e Cai.*"<sup>109</sup>

Sua vida pública foi agitada. Depois de graduado pela "*Faculdade de Direito de Recife, em 1892, foi Secretário do Governou na gestão de seu irmão Dr. Pedro Velho em 1892. Depois exerceu o cargo de Procurador Geral do Estado em 1898. Foi eleito Governador do Estado em 25 de março de 1900 a 1904, deputado Federal de 1904 a 1907. Elegeu-se Governador, outra vez, para o mandato de 25 de março de 1908 a 31 de dezembro de 1913.*"<sup>110</sup> De sua passagem pelo Governo do Estado, especialmente da segunda vez, deixou uma grande lista de serviços e benefícios para o Rio Grande do Norte e para a cidade do Natal. Sobre as quais iremos dissertar a seguir.

Se há algum d. do benefício por esolvidado, talvez de um interpretio, a ser discutido nesta homenagem, há os...

- Para que tudo seja benefício? \*

<sup>108</sup> PIRES. Meira. *Alberto Maranhão e seu tempo (1872/1944)*. p. 11.

<sup>109</sup> REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. v. 41/42, p. 172, mar. 1902.

<sup>110</sup> Ibid., p. 173.

### 3.1 – Obras de Melhoramentos do Porto de Natal.

#### Porto e transporte urbano

Alberto Maranhão, ao assumir o governo e a máquina administrativa do Estado, sabia das dificuldades de acesso que o porto de Natal possuía, e que se constituía como um grande entrave à dinamização econômica que queria estabelecer na cidade. De forma que, em seu segundo mandato, implantou uma ação sistemática de grande porte para resolver definitivamente os problemas da entrada da barra do rio e do acesso ao cais. Contratou uma empresa que executou os serviços de desobstrução da entrada do rio e de melhora do acesso ao porto. Foram usados equipamentos importados, que em um trabalho ininterrupto extraiu todos os entulhos (bancos de areia) que impossibilitavam o acesso aos navios. Essas obras solucionaram parcialmente os problemas do porto e da entrada, em uma primeira etapa (1908), e em uma segunda etapa, posteriormente (1912), resolveu definitivamente o problema do porto e a abertura da cidade ao comércio Nacional e Internacional. Natal comunicava-se com o interior do Rio Grande do Norte através da Estrada de Ferro da *Great Western of Brazil Railway*.<sup>111</sup> Esta linha férrea em direção a Recife, intermediava a ligação de Natal com os grandes transatlânticos que “*passavam ao largo da costa norte-rio-grnadense em direção ao Norte ou ao Sul e atracando nos portos da Paraíba e de Pernambuco.*”<sup>112</sup> De maneira que o natalense quando queria viajar de navio tinha que se deslocar de trem para embarcar nos portos dos estados vizinhos.

Com a instalação de novos equipamentos portuários e a modernização do Porto, ficou mais fácil a adequação às novas condições técnicas do comércio Internacional, no qual os navios e volumes de mercadorias transportados exigem instalações mais desenvolvidas. A elite local precisava desta adequação do Porto, pois eram assíduos consumidores de materiais importados (elementos decorativos e técnicos), tanto para embelezar as suas casas quanto para a cidade. Com a abertura da barra, os comerciantes locais tiveram um contato direto com os fornecedores que, em sua grande maioria, eram “*a Europa e os Estados Unidos da América, pois internamente, no Brasil, era pequena a*

<sup>111</sup> A estrada de Ferro *Great Western of Brazil Railway*, foi uma companhia britânica que assentou as primeiras ferrovias no Nordeste. Serviu, essencialmente, para escoar a cana-de-açúcar e seus produtos, oriundos da área percorrida pela ferrovia, e o algodão, cultivado na faixa litorânea e no agreste. (MONTEIRO, Denise Mattos. Op cit. p. 179.)

<sup>112</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de Modernização do Natal (1889/1913)*, p. 81.

E A MODERNIDADE?  
Se não é objeto de análise aqui,  
por que digitar tanto no cap. 1?

diversidade de produtos, além de serem escassos tais materiais."<sup>113</sup> As melhorias das instalações portuárias compreenderam a "drenagem da entrada da barra do rio Potengi, a ampliação e o alargamento do atracadouro, a modernização dos equipamentos de armazenagem, o embarque e desembarque de mercadorias e pessoas e um melhor acesso rodo-ferroviário ao Porto."<sup>114</sup> E ainda reformaram o bairro portuário, dando uma nova estrutura física para o bairro da Ribeira. ( FIGURA 1). A modernização do Porto colocou Natal em contato com a modernidade representada pela melhoria dos transportes e das comunicações. Os navios também traziam, além de mercadorias, outras "modernidades" simbólicas, como a própria tecnologia dos transatlânticos, eventos culturais, jornais, livros, notícias, entre outros. \*

Em 1908, em Natal a Companhia Ferro Carril do Natal (dirigida pelo comerciante Romualdo Lopes Galvão) foi criada pela Junta Comercial, destinada a explorar as linhas de ferro e os meios de transportes em Natal. Tratava-se, então, de atender às demanda "do crescimento da nossa população urbana e alargamento da área da edificação [com] o estabelecimento da linha de bondes."<sup>115</sup> Esta empresa teria o seu capital financeiro constituído por cotas de ações, cuja subscrição publica definitiva seria feita através do Banco de Natal.<sup>116</sup> Essa Companhia foi criada após uma Assembléia Geral, que solicitou a concessão do serviço de transportes urbanos ao governo municipal. Na ocasião, a Empresa apresentou garantias preliminares de que este serviço em nada custaria aos cofres da Intendência. A concessão foi concretizada através da Resolução nº 122.<sup>117</sup> Esta Resolução assegurava, entre outras coisas, a "garantia a desapropriação de terrenos e prédios para o estabelecimento da Companhia, bem como a isenção de impostos municipais e aduaneiros cobrados pela União a Empresa ou governo; executaria todos os serviços de reparos necessários em ruas praças da cidade, em conseqüência do assentamento e da conservação dos trilhos."<sup>118</sup> Decorrente desta Resolução, na primeira semana de setembro

Essa frase é mol. escolhida: Deveria comentar, analisando o crescimento urbano de Natal e refletir na Mênscoben algo sobre o não. específicos no melhoramento.

<sup>113</sup> Ibid., p. 82.

<sup>114</sup> Ibid., p. 82.

<sup>115</sup> MENSAGEM 1908, p.13.

<sup>116</sup> O Banco de Natal, foi criado em 1905 e tinha Alberto Maranhão como um dos acionistas iniciais que fornecia empréstimos de capitais aos produtores rurais, visando promover a economia agro-exportadora do Estado. (MONTEIRO, Denise Mattos. Op cit. p. 172.)

<sup>117</sup> A Resolução nº 122 o governo concedeu por um prazo de 30 anos, o direito de prestação do serviço de transportes urbanos, podendo transferir o contrato para terceiros, mediante consentimento da Intendência, o que ocorreu posteriormente em 1913. (OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op cit. p.83.)

<sup>118</sup> Ibid., p. 83.

Relato factual e sucinto  
de obras.

de 1908 foi inaugurado o tráfego provisório das linhas<sup>119</sup> na Av. Junqueira Ayres, no trecho entre a Rua Dr. Barata e a Praça Padre João Maria ( FIGURA 2).

Todavia, a Companhia Ferro Carril de Natal não estava conseguindo cumprir as devidas cláusulas que o contrato exigia. De maneira que, no final de 1908, foi criada para substituí-la a Empresa de Melhoramentos de Natal, que comprou as cotas da Companhia Ferro Carril de Natal, ( FIGURA 3) e prosseguiu na prestação dos serviços de transportes públicos.

*Conceito - e não a direção - que entendem por - obras - públicas - são os serviços públicos. Nos bastos e ímprobo. Nos limites da história da cidade. Os limites da história da cidade.*

Definidas as primeiras medidas do governo, Alberto Maranhão voltou-se para o aperfeiçoamento das mudanças que vinham sendo implantadas na cidade do Natal,<sup>120</sup> priorizando desta forma a modernização e urbanização<sup>121</sup> do espaço através da construção de edifícios e da execução de obras e melhoramentos públicos.

*se a urbanização - o q<sup>o</sup> está definido no nota 121, isso não deveria ter sido ANALISADO NO CASO DE Natal.*

### 3.2 - O início da modernização da cidade do Natal.

Em 1901, Natal já possuía um plano para a ampliação da cidade, que foi o Plano da Cidade Nova, conhecido hoje como Plano Polidrelli.<sup>122</sup> Tavares de Lira (1905-1907), antecessor de Alberto Maranhão, havia contratado o agrimensor italiano Antonio Polidrelli para abrir e calçar ruas e avenidas. Do Plano da Cidade Nova<sup>123</sup> (FIGURA 4) Alberto

*Conceito SEM aplicação SEM VÍCIO NO texto.*

<sup>119</sup> Essas linhas de bonde era movida à tração animal, com apenas dois únicos vagões, cada vagão tinha a capacidade de levar somente 24 passageiros, e que não atendia a demanda da cidade. O público reclamava pelo número de carros que eram poucos e pelo tempo que esperavam (40 minutos) a espera do bonde, os preços eram cobrados de acordo com o trecho percorrido. No final de outubro de 1908, uma segunda linha foi inaugurada, indo da Av. Rio Branco até a cidade Nova, perto do Sítio Solidão na Av. Hermes da Fonseca. (Ibid., p. 84.)

<sup>120</sup> Juvino Barreto, cunhado de Pedro Velho que, por concessão do governo estadual, instalou em 1888 a primeira fábrica de beneficiamento de algodão em Natal. A riqueza que permitiu a modernização da cidade, que advém da cultura do algodão, de seu beneficiamento e da implementação de sua exportação. (LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*, p. 29.)

*nota deslocada ?*

\*

<sup>121</sup> A Urbanização segundo Pedro Lima, é entendida como o processo social que abrange as relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas. De acordo com esta conceituação, a urbanização, é um processo dinâmico e histórico e, portanto, ocorre de modo específico em cada sociedade. (LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p. 24-25.)

<sup>122</sup> O Plano Polidrelli, foi um plano que introduziu na Natal provinciana do início do século XX, de forma inaugural, a idéia de se elaborar um plano para acompanhar a expansão da cidade e, com isso, criou-se a base material para o futuro desenvolvimento de um mercado de terras urbanas em Natal. (Ibid., p. 41.)

<sup>123</sup> O Plano da Cidade Nova começou a ser implantado entre 1901 e 1904, quando a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura ainda eram acontecimentos recentes. Aquele período foi marcado pela execução de algumas obras de infra-estrutura, pelas ações de higiene e saúde pública. Embora não tenha tido a intenção de ser um instrumento de estruturação urbana, aquele plano estabeleceu um padrão espacial para a

Maranhão deu continuidade à implantação deste plano de expansão da cidade do Natal, que havia sido estruturado no seu primeiro mandato como governador de 1900 a 1904. Durante sua segunda administração este plano da Cidade Nova teve continuidade, pois as elites dirigentes queriam realizar, através dele um projeto de modernização para a cidade. Alberto Maranhão constatara a necessidade de expandir Natal, com a implantação do Plano da Cidade Nova. A área onde foi implantado, segundo Pedro de Lima, “era um local onde viviam alguns posseiros, que foram desapropriados, e onde já existiam algumas casas de campo, sítios, fazendas e solares, veio a consolidar-se como o território preferido das classes dominantes locais.”<sup>124</sup> A implantação da Cidade Nova constituiu-se em uma dupla solução para o desejo de auto-segregação das classes dominantes locais, por dois motivos: “Por um lado, o plano Polidrelli superaria o antigo desenho irregular originário da cidade colonial, onde as classes sociais conviviam, praticamente, no mesmo espaço ou guardando uma certa contigüidade; por outro lado, serviria como um refúgio, onde as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais e das epidemias que, então, grassavam pela cidade.”<sup>125</sup> O objetivo principal da implantação do Plano da Cidade Nova para as elites da cidade foi o isolamento e segregação em zonas distantes de uma população urbana que vivia em condições insalubres, o que colocava em risco a vida da própria elite local. Esta também se beneficiou da delimitação das terras nobres próximas do centro da cidade que possuíam boa localização para o desenvolvimento e expansão comerciais das elites.

na  
Dizão  
do  
Natal

As questões sanitárias constituíram-se como um problema a ser resolvido na administração de Alberto Maranhão, pois seria base fundamental para o desenvolvimento urbano de Natal ( FIGURA 5). Com tal atitude seria possível começar a construção de praças, recreios, casas, avenidas e prédios, reestruturando o perfil da cidade de acordo com padrões modernos. Segundo Pedro de Lima, “Além disso, o fato de que a polêmica em torno daquelas ações tenha tido por base a teoria dos miasmas revela, antes de mais nada, a sintonia de Natal do século XIX com idêntica discussão nas principais capitais brasileiras e européias.”<sup>126</sup>

---

cidade situada à a margem direita do rio Potengi, constituído por um conjunto de eixos viários paralelos e perpendiculares, definidos no sentido norte-sul e leste-oeste, respectivamente. (Ibid., p. 18.)

<sup>124</sup> Ibid., p. 35.

<sup>125</sup> Ibid., p. 35.

<sup>126</sup> Ibid., p. 32.

Com a instituição do poder republicano no Estado do Rio Grande do Norte, o novo regime empreendeu ações voltadas para a urbanização, saneamento, ordenação e embelezamento da cidade do Natal. (FIGURA 6). No pensamento da elite local, bem como do restante do país, uma cidade organizada, bonita e limpa era, “*uma cidade moderna e com credibilidade nacional e internacional.*”<sup>127</sup> De modo que, a busca do saneamento ambiental (drenagem, esgotamento sanitário, aterramento e etc), além de afastar os riscos de epidemias, também tornava a vida cotidiana mais confortável para os habitantes e atraía à cidade os olhos dos visitantes estrangeiros, facilitando sua estadia e possibilitando a abertura de negócios lucrativos para a cidade, o que muito interessava às elites natalenses. Alberto Maranhão, ao mesmo tempo em que colocava em prática o Plano da Cidade Nova, nomeou Dr. Manuel Segundo Wanderley para o cargo de Inspector de Higiene Pública do Rio Grande do Norte, “*o qual propôs uma série de medidas com o objetivo de organizar a cidade do Natal, com a exigência de apresentação prévia à Inspetoria de projetos construtivos ou planos de execução de edifícios públicos ou particulares.*”<sup>128</sup> Este procedimento era de fundamental importância para a saúde pública de Natal. A partir daí montou-se uma base para designação de funcionários para fiscalizar periodicamente os edifícios da cidade Alta e da Ribeira. Com o objetivo de fazer, “*as fiscalizações periódicas em prédios e residências para observar as condições sanitárias e higiênicas.*”<sup>129</sup> Se estes funcionários detectassem nas edificações interiores condições insalubres, os edifícios seriam evacuados e reformados, para posteriormente, “*estas habitações modestas, mais higienicas e confortáveis serem alugadas.*”<sup>130</sup> Este Plano de Saneamento proposto segundo Wanderley e implantado na capital também determinou a proibição do escoamento de águas servidas para as ruas, becos e praças e reorganização da estrutura hospitalar da cidade. (FIGURA.7) A importância destas ações de higiene e saúde pública para a cidade do Natal, apoiou-se no objetivo das elites locais de inserir na cidade um programa de reorganização do urbano e o despertar também de uma nova consciência de saúde pública, sendo este era um fator fundamental para a elite que dependia da colaboração da população.

---

<sup>127</sup> Ibid. p. 35.

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op. cit., p. 75.

<sup>129</sup> SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado: uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20.* p. 45.

<sup>130</sup> MENSAGEM 1909, p.13.

Em 1909, o Hospital Casa de Caridade, passou a funcionar no Monte Petrópolis, aproveitando uma antiga residência de Alberto Maranhão, que a vendeu para o estado e que esta a transformou em Hospital. Suas antigas instalações no Alecrim haviam sido desativadas em 1906 pelo governador anterior Tavares de Lyra. Alberto Maranhão, depois da transferência da Casa de Caridade para sua antiga residência, deu-lhe o nome de, "Hospital Juvino Barreto. Alberto Maranhão, a partir dessa nova reestruturação *"estabelece a tabella do pessoal interno do Hospital de Caridade Juvino Barreto e da outras providências."*<sup>131</sup>

É interessante observar que, *"historicamente, os edificios destinados às atividades insalubres foram sendo instalados em regiões afastadas do centro."*<sup>132</sup> Esta prática dos primórdios do urbanismo estava relacionada com o entendimento da época, segundo o qual Hospitais, cemitérios e abatedouros etc, eram instalações potencialmente difusoras de doenças. As enfermidades se propagavam no ar através dos "miasmas"<sup>133</sup> emanados de matérias em estado de putrefação, em contato com os depósitos de águas estagnadas da cidade. Deste modo, antes que se desenvolvesse a teoria microbiana, a teoria dos miasmas foi um elemento importante, também, na definição e ordenação das práticas urbanísticas implantadas pelo governo de Alberto Maranhão. Partindo deste princípio, a partir de 1908, como se disse, a antiga instalação do Hospital de Caridade foi fechada e abriu-se uma nova instalação na região do Monte Petrópolis. Além do Hospital Juvino Barreto, foram construídas no governo de Alberto Maranhão também a Casa de Detenção, a Casa dos Enfermos e o Asylo de Mendicidade.

*Factos ligados*

Alberto Maranhão nomeou Henrique Castriciano para ser secretário de seu governo, com atribuições para selecionar e coordenar os Processos de Concorrências Públicas. Os processos de Concorrências Públicas foram implantados através de licitações realizadas pelo Estado. Uma das iniciativas de Castriciano, em 1909, foi, *"mediante acordo particular com a Empresa Valle Miranda & Domingos Barros, a qual, sem*

<sup>131</sup> DECRETO. nº 206. de 31 de agosto de 1909.

<sup>132</sup> OLIVEIRA. Giovana Paiva de. Op. cit., p. 76.

<sup>133</sup> Miasmas. era a explicação que se dava para as "febres palustres". intermitentes, pseudocontínuas", as quais segundo a "imaginação popular" eram conseqüências da comunicação das substâncias resultantes da decomposição cadavérica com as águas de fontes públicas. Sabe-se. ou pelo menos é corrente na ciência, ser de natureza vegetal o germe produtor das febres miasmáticas. ( LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, p.30.)

NEH: *Magro e natia de  
Liziane Almeida  
analisando a urbanização  
e modernização de N.M. \**

remuneração por parte do Estado, prosseguiu nos trabalhos da carta da cidade de forma a se poder levantar depois o cadastro de toda a área urbana, para o traçado systemático dos melhoramentos necessários.<sup>134</sup> Henrique Castriciano como secretário, em seu primeiro ano, assinou e fez publicar um edital para contratação da "construção de duas galerias de esgoto e para os calçamentos das Ruas General Osório e Voluntários da Pátria, entre as Ruas Duque de Caxias e Ulysses Caldas nesta capital."<sup>135</sup> Para dotar a cidade de melhores condições de habitabilidade, inicia-se em Natal a implementação de um plano de saneamento com o "estabelecimento da rede de exgottos nos três bairros da cidade, com a adaptação do systema mas aconselhado de depuração biológica e aproveitamento das águas para a cultura systemática dos campos em lugar apropriado nos arredores da cidade."<sup>136</sup> Este plano de saneamento em Natal, abriu as portas para a possibilidade da implantação de outras grandes obras na cidade, projetos de prédios públicos, residências particulares, que modificaram e definiram a estrutura física da cidade.

Paulatinamente, a construção de grandes obras já vinha ocorrendo desde 1908, quando foi inaugurado na Ribeira o Grupo Escolar Augusto Severo, "fundado pelo illustre antecessor Tavares de Lyra,"<sup>137</sup> no bairro da Ribeira. De arquitetura eclética, a escola estava, "anexa ao theatro Carlos Gomes -- uma modesta eschola de música."<sup>138</sup> No bairro da Cidade Alta, também foi autorizada a construção do novo prédio do Superior Tribunal de Justiça (de acordo com uma planta),<sup>139</sup> que compreendia na execução do projeto a construção de um parque que abrangia toda a área do Palácio do Governo, entre a Rua Conceição e a Praça André de Albuquerque. (FIGURA 8 e 9). Neste parque que planejava-se a colocação de grades de ferro decoradas que se importaria de Paris, da Fundação Val d'Osme.<sup>140</sup>

Naquela ocasião, a questão da iluminação pública e da limpeza pública de Natal foi transferida para o governo de Alberto Maranhão. Ou seja, agora estes problemas

<sup>134</sup> MENSAGEM. 1909, p. 17.

<sup>135</sup> A REPÚBLICA, 07 abr de 1908.

<sup>136</sup> MENSAGEM. 1909, p. 25.

<sup>137</sup> MENSAGEM. 1908, p.6.

<sup>138</sup> MENSAGEM. 1908, p. 6.

<sup>139</sup> A planta do prédio do Superior Tribunal de Justiça não foi localizada.

<sup>140</sup> A Fundação Val d'Osme de Peris, era responsável pela produção de grades de ferro, bem como de candelabros elétricos e relógios. (SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 240.)

municipais eram de responsabilidade do Governo do Estado.<sup>141</sup> Contudo, apesar das modificações, os serviços de limpeza da cidade continuaram a não atender as expectativas da população, e esta continuou a reclamar dos serviços.

Alberto Maranhão tinha consciência das limitações financeiras do Estado do Rio Grande do Norte. Desse modo, resolveu fazer um empréstimo externo. Foi autorizado pelo Congresso Legislativo a *"contrair na praça de Paris, com os banqueiros Peles Frères, Eugene Vassur e o Banco Syndio Francez o empréstimo de L. 350,000 ou Frs 8,750:00 amortizáveis em 37 anos, a razão de 1/ 2% por anno/ mestre e a juros de 5% ao anno."*<sup>142</sup> Esses recursos foram utilizados para melhorar as condições de vida da capital, beneficiando sua população, mediante *"obras de saneamento da Capital e em outras de reconhecida utilidade publica e de remuneradora applicação."*<sup>143</sup>

Entretanto, Alberto Maranhão, ao contrair este empréstimo para a modernização da cidade, estava comprometendo a cidade e a população ao pagamento de impostos muito altos para cobrir a taxa que seria paga ao banco de Paris. Esta taxa só deixaria de ser cobrada cerca de 37 anos mais tarde, com a quitação do empréstimo; um fardo que a população da cidade teve de carregar até a quitação da dívida.

De posse desse dinheiro, Alberto Maranhão iniciou a contratação de firmas locais visando dinamizar a sua administração. No dia 28 de abril de 1910, o governo do Estado contratou a empresa Valle Miranda & Domingos Barros (o último citado é irmão do governador e Presidente do Congresso Legislativo) para executar diversas obras em Natal (este é um exemplo típico de como funcionava a oligarquia, misturando interesses públicos e privados). Este contrato com Valle Miranda & Domingos Barros, no valor de 900:\$000 (novecentos contos de réis), tinha como objetivos: *"cuidar dos exgottos da cidade, abastecimento de água, fornos de incineração para lixo das casas e das ruas, substituição da atual iluminação acetyleno por iluminação eléctrica, rede de telephones, construção*

<sup>141</sup> Anteriormente, o governo do Estado arrecadava os impostos e trimestralmente repassava a quantia à Intendência do município, só que houve uma reformulação e esta responsabilidade ficou a cargo do governo do Estado, respectivamente da administração de Alberto Maranhão. (OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op. cit., p. 77.)

<sup>142</sup> MENSAGEM, 1910, p.34.

<sup>143</sup> LEI nº 270, de 18 de novembro de 1909.

de Villas operárias e fundação de lavanderias e banhos públicos.”<sup>144</sup> Alberto Maranhão, quando se propôs a solucionar os problemas de Natal, sabia que o passo para a inserção de Natal na modernidade seria grande e o custo alto. Contudo, ele não estava sozinho, pois a inserção de Natal na modernidade acompanhava também uma tendência de ordem Nacional e Internacional. Com a decisão do Governo em utilizar os recursos do empréstimo para promover parcerias locais com a iniciativa privada, na gestão administrativa de Alberto Maranhão aconteceram importantes modificações no espaço urbano de Natal. As primeiras modificações que aconteceram na paisagem da cidade deu aos moradores desta a oportunidade de manterem os primeiros contatos com os signos da modernidade que por aqui aportaram.<sup>145</sup>

Maranhão  
foi  
de  
A.M.  
|  
Quem  
fizes  
de  
de  
maranhão  
em  
modernidade

Alberto Maranhão utilizou grande parte do dinheiro do empréstimo de Paris no setor educacional. Ele implantou da Reforma a Instrução Pública do Estado, com a qual “promoveu professores titulares para a Escola Normal, criou funções de diretores no Atheneu, construiu o Grupo Escola Frei Miguelinho, criou a Escola de Música.”<sup>146</sup> Cabe registrar que o programa da Escola Normal destinava-se a formação de professores de ambos os sexos.

Como se pode observar, apesar do aumento de impostos, havia um claro objetivo para o endividamento público ocorrido na administração de Alberto Maranhão. Esse endividamento era justificado através de dois prismas: “pela necessidade de tornar a cidade mais moderna e apta ao progresso (...) e significava para a elite um investimento que possibilitaria o desenvolvimento econômico e a ampliação das facilidades de realização de seus próprios negócios.”<sup>147</sup>

Contudo, observa-se que o Estado não possuía uma estrutura econômica e administrativa de recursos capaz de empreender dentro da capital os benefícios que esta precisava. De maneira que Alberto Maranhão contratou empresas particulares, como a Empresa de Melhoramentos do Natal, para executarem as melhorias dos serviços públicos, como já foi mencionado anteriormente. O governo estadual, de sua parte, ainda adquiriu e

<sup>144</sup> MENSAGEM. 1910, pass 17-18-19.

<sup>145</sup> SOARES. Jamilson. Op. cit., p. 45.

<sup>146</sup> LEI nº 284, de 30 de novembro de 1909.

<sup>147</sup> OLIVEIRA. Giovana Paiva de. Op. cit., p. 78



higiênicas aplicadas pelo poder público, durante a primeira década do século XX. O Alecrim, ao ser declarado bairro, já possuía um grande contingente de habitantes. A linha de bonde elétrico que servia o bairro do Alecrim ligava-o a Cidade Alta. Seu ponto final era no Lazareto da Piedade (atual Hospital professor Luís Soares-Policlínica). Distante aproximadamente um quilômetro da Cidade Alta, o bonde parava em frente ao cemitério. É interessante observar que a Empresa Melhoramentos inaugurou nesse ramal de bondes a prestação de um serviço funerário, que oferecia dois tipos de serviços: *"O de primeira classe, no qual o coche rebocava um carro especial comportando 86 passageiros, com direito a serem conduzidos a qualquer ponto da cidade; e o de segunda classe, rebocado por um carro normal, sem direito a passagens e com horários mercados de sair."*<sup>163</sup> Este serviço cresceu tanto que a Empresa encomendou mais carros postos em circulação no ano de 1912, para suprirem a necessidade da população, visto que os carros que existiam já não atendiam a demanda da população da cidade, seja para o transporte comum das pessoas ou seja para fazer o cortejo funerário.

Os sócios da Empresa de Melhoramentos de Natal, Valle Miranda & Domingos Barros, anunciaram o fim da sociedade em maio de 1912, permanecendo como proprietário somente Valle Miranda, que assinou contrato com o governo do estado, dando continuidade à prestação de serviços. Nesta nova fase a Empresa inaugurou, em agosto de 1912, o tráfego das linhas do bonde para o Monte Petrópolis e o Tirol. (FIGURA 14). Esta linha chegava anteriormente só até o Sítio Solidão (Av. Hermes da Fonseca), e agora, nessa nova expansão, estendia-se até a casa do governador Alberto Maranhão (onde funcionou o Aeroclube),<sup>164</sup> à qual ele dera o nome de Tirol. (FIGURA 15).

No ano de 1912, o Coronel Solon, comprou a Empresa de Melhoramentos se encontrava quase falida, e sem condições de cumprir com o contrato assumido com o

<sup>163</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op. cit. p.86.

<sup>164</sup> A conclusão da construção da residência de Alberto Maranhão foi um acontecimento notável para Natal. Aliás, durante sua execução, a cidade inteira se interessou pelas inovações que ela teria, entre as quais os materiais de acabamento importados da Europa e a primeira piscina de uma casa particular. No local em que ela foi construída, a 2.400 metros da Avenida Rio Branco, não havia residência nem qualquer outro edifício construído. A área era praticamente desabitada. No entanto, uma linha de bonde elétrico foi instalada como o único objetivo de conduzir passageiros àquela residência, tão majestosa que, ao final de seu governo, quando *"(...) Alberto Maranhão deixou Natal, em junho de 1915 inaugurou-se[ na antiga residência] o Hotel. (...) Era o ponto preferido pelos estrangeiros para se hospedarem. (...) A condução fixou o morador. O colapso dos bondes matou o Hotel Tirol, sempre cheio e até com famílias natalenses (...) Era passeio domingueiro (...) Tornou-se clássica a 'voltinha no Tirol' (...) Em dezembro de 1929, fundou-se o Aeroclube. (...)"* (OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op. cit. p. 94).

governo do estado, para dar continuidade aos serviços de esgotos e expansão das linhas de bondes, entre outros serviços. O Coronel Solon associou-se a um grupo de capitalistas paulistas com o objetivo de capitalizar a empresa que tinha adquirido para continuar a investir na cidade, dando-lhe infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento da urbano. Entre os novos sócios do Coronel Solon, estavam A. San Juan, Alfredo R. Jordão, Constantino G. Fraga e Júlio Bandeira Vilela.

Essa nova Empresa de Melhoramentos assinou um outro contrato com o Governo do estado se comprometendo a dar continuidade à prestação dos serviços públicos de energia elétrica, bondes, água e telefonia, ainda tendo que administrar balneário do Baldo, mananciais, fábrica de tubos para água e esgoto, projetos que mantivessem os trilhos já existentes, e expandi-los, e equipar a Usina de Eletricidade. A nova Empresa de Melhoramentos comprometeu-se *"ainda em executar obras em terrenos de propriedade do Estado arrendados aos concessionários."*<sup>165</sup> O comprometimento em cumprir estas obras pendentes de conclusão, era a prova maior da responsabilidade adquirida por esta Empresa. E para cumprir esta responsabilidade perante o governo do Estado, a Empresa adquiriu na Europa dois novos motores para a Usina de força e eletricidade, material para rede de esgoto e para as linhas de bondes. Entre outros projetos, *"pretendia estender os bondes até a Praia do Morcego e Macaíba, construiu uma outra estação balneária de Areia Preta moderna e algumas edificações urbanas em Natal."*<sup>166</sup> A nova Empresa de Melhoramentos ainda se comprometeu em abastecer a cidade com água de fontes existentes por meio de poços conjugados e apresentou um novo projeto de abastecimento da cidade a partir do manancial do rio Pitimbu projeto este que tinha sido adquirido pelo Coronel Solon.

A Empresa de Melhoramentos do Natal transformou-se na Empresa de Tração, Força e Luz do Natal, após uma Assembléia geral realizada em São Paulo no dia 14 de maio de 1913, quando houve a aprovação do Estatuto, a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho fiscal. Decidiu-se, então que a Empresa, cuja sede ficava na cidade de São Paulo, seria dirigida em Natal, pelo Major João Sizenando Pinheiro. Enfim, a nova Empresa *"estava aparelhada não só para executar todos os serviços contratados com o*

<sup>165</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op. cit., p. 88.

<sup>166</sup> Ibid., p. 88.

governo do Estado para a cidade do Natal,<sup>167</sup> como também para efetuar estes serviços em cidades vizinhas como Ceará-Mirim e Macaíba.

Percebe-se, no entanto, que mesmo com todos estes benefícios e melhoramentos trazidos pela Empresa para a cidade como um todo, a higiene pública continuava a deixar a desejar. Tanto era assim que a oposição mostrava que os serviços prestados até ali pela empresa não haviam suprido suficientemente os anseios da população, pois em 1913, "o matadouro continuava funcionando no centro da Cidade Alta, a limpeza pública permanecia problemática, ao ponto de despertar protestos da opinião pública."<sup>168</sup> Pairava na cidade um ar de insatisfação que denunciava os problemas urbanos, fato este concretizado nas constantes mudanças de empresas prestadoras de serviços. Estas empresas se esforçavam em tentar resolver as questões pendentes da urbanização, as quais continuavam. Entretanto, sem solução efetiva, fato este constatado e denunciado por um periódico da cidade que relatou: *NÃO POSSO ME CONFORMAR - (...) Com o monte de lixo feito no pé da calçada do Mercado, ao lado do quartel federal, pelos respectivos comerciantes. (...) com a inundação da Ribeira, quando cai qualquer chuva (...) Com a imundície da Rua Gonçalves Dias, pelo que peço enérgicas providências à Hygiene Pública. (...) Com o bonde de burro que ainda funciona para o extinto Prado (...).*<sup>169</sup> Este periódico denunciou para a população da cidade, as más condições em que esta se encontrava, e expôs à população e ao governo que todas as propostas com que a empresa prestadora de serviços se comprometia em realizar, em seu contrato com o governo, não estava cumprindo. Este fato foi evidenciado pela publicação e circulação destas notícias.

\* *Quantos que julga que fez do campo higienizador.*

Não obstante, Alberto Maranhão, durante o segundo mandato no governo do estado, pela quantidade e qualidade das obras realizadas em Natal, colocou esta cidade na modernidade do século XX. Ao longo de sua gestão, Natal passou de um simples burgo, que era em 1908, para uma cidade igual às outras cidades do Brasil. Alberto Maranhão "realizou uma administração acima do seu tempo."<sup>170</sup> Se neste período de administração de Alberto Maranhão no governo do Rio Grande do Norte, o estado e a cidade de Natal não alcançaram maiores índices de desenvolvimento, isto não se deveu a suas ações.

*Se colocou se nos colocou.*

<sup>167</sup> Ibid., p. 88.

<sup>168</sup> Ibid., p. 88.

<sup>169</sup> O MARTELO, 02 jun. 1912.

<sup>170</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 242.

*Dig \*  
dos  
populacionis.  
atraso  
dividido  
cidades  
- nos*

*Não conseguiu  
encontrar a  
"adequada"  
ali.*

*Quanto a:  
que era de  
- o desenvolvimento,  
com tradições,  
até aqui a  
levar.*

*Política*

Alberto Maranhão criou oportunidades e facilidades para que a elite econômica e política da época, ao mesmo tempo em que contribuía para a modernização de Natal, tirasse proveito das vantagens advindas da execução do seu programa de governo.

De todo modo, encerrado o mandato de Alberto Maranhão, as elites políticas e econômicas ligadas à oligarquia Albuquerque Maranhão, começaram a perder espaço e oportunidades de negócios. Uma nova eleição de Ferreira Chaves marcou a transição de uma oligarquia para outra. O senador Ferreira Chaves, ao ganhar as eleições para governar o estado do Rio Grande do Norte em 1914, tratou imediatamente de organizar as finanças públicas, ou seja, passou a arrumar a casa, colocando em dia o pagamento dos servidores, do funcionalismo civil e militar. Iniciou a extinção de vários cargos criados por Alberto Maranhão. Ferreira Chaves, ainda fez "várias suspensões de contratos que elegeram vários amigos e correligionários da oligarquia liderada por Alberto Maranhão,"<sup>171</sup> e colocou um fim a todo um apadrinhamento e jogo de poder na estrutura político-administrativo montado no governo de Alberto Maranhão.

Ferreira Chaves rompeu com o grupo familiar dos Albuquerque Maranhão quando indicou como candidato do Partido Republicano Federal, ao Congresso Legislativo para as eleições de 1918, o Coronel João Juvenal Pedroza Tinôco. Tal rompimento deu início à decadência do grupo oligárquico ligado à economia açucareira do litoral e contribuiu para a ascensão do grupo oligárquico da região algodoeira do Seridó, no qual destacou-se a liderança de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, que perdurou até a Revolução de 1930.

Enfim, com os recursos disponíveis e a percepção e arrojo de sua elite dirigente, tendo à frente um dândi amante das letras e das artes, a capital potiguar conheceu e viveu de certa maneira sua *belle époque*, considerando-se o esplendor de que se revestiu as inovações implantadas no espaço da cidade e a julgar pelas inúmeras realizações que transformaram sua paisagem urbana e repercutiram na vida dos moradores, tudo leva a crer que, nessa época, para Natal e pelo menos parte dos natalenses que puderam usufruir das possibilidades criadas, "a vida nunca foi tão bela."<sup>172</sup>

<sup>171</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. Op. cit., p. 92.

<sup>172</sup> SOARES, Jamilson Azevedo. Op. cit. p. 46.

\*  
Esti-  
humano?  
?  
\*  
Contração  
Como  
era  
vamos  
moderniza-  
ção  
tudo  
isso?  
E  
sub-  
juncti-  
ve

→ Para  
quem?

Dirigido  
para  
outros  
proprietários

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao concluir a presente monografia referente às transformações urbanas na cidade do Natal, no segundo governo de Alberto Maranhão de 1908 a 1913, observamos que tais intervenções urbanísticas tiveram como objetivo comum construir um cenário propício para atrair para o Estado os mais diversos investidores, pois possibilitariam colocar Natal na rota de inclusão no mundo capitalista que estava se desenvolvendo e englobando todas as esferas nacionais e internacionais. Alberto Maranhão transformaria Natal em um centro de consumo e fornecimento de mercadorias e capitais. <sup>\* Quais?</sup> É uma maneira de enquadrar Natal neste perfil dominante capitalista de transformação seria tomar as devidas ações governamentais que proporcionassem a promoção e ordenamento da cidade e da população, a eliminação dos focos de insalubridade, e promovendo uma infra-estrutura econômica mínima exigida pelos capitalistas, que fosse compatível com as condições básicas que a cidade como um centro comercial viria a representar.

Observamos entre outras coisas, no desenvolvimento da monografia apresentada, que a relação das elites locais com o processo de modernização transcorrido na cidade do Natal, nada mas foi do que uma combinação de conveniências políticas, econômicas e sociais que facilitaram tais modificações graças ao advento da Proclamação da República. Com isto, a elite pode realizar de forma prática e uniforme as transformações que tanto almejava realizar para a expansão e desenvolvimento da cidade com fins de angariar realizar seus próprios benefícios. Durante este processo, no qual a elite natalense se engajou para enquadrar a cidade do Natal na modernidade já vivenciada nas principais cidades do país, não podemos deixar de destacar que as obras públicas realizadas na cidade contaram com o apoio da nova estrutura econômica republicana, que lhe deu suporte político e financeiro. Deste modo, Alberto e Maranhão e a elite natalense realizaram o grande desafio que foi transformar a cidade do Natal em uma cidade a altura das outras cidades-capitais brasileiras, construindo desta forma os novos espaços urbanos requeridos pelo poder republicano que estava a se implantar no país.

No segundo governo de Alberto Maranhão, a cidade do Natal despontou para um cenário mais moderno que caracterizava o século XX. Natal, estava se enquadrando em um cenário adequado aos padrões exigidos pela conjuntura nacional. Na cidade, um número

sempre crescente de pessoas teve acesso a saneamento, abastecimento de água, aos bondes elétricos, eletricidade, luz elétrica, bailes, festas, mercadorias importadas; desenvolvimento econômico advindo da estruturação e abertura do Porto de Natal; a freqüência ao teatro, direito a uma educação escolar mais aprimorada, balneários, entre tantos outros benefícios.

Natal apresentava muitas expressões e oportunidades para a população que, até então, não gozava de tais privilégios modernos. Todavia, toda esta modernidade de serviços públicos implantados na cidade do Natal durante o segundo governo de Alberto Maranhão só puderam ser realizadas graças a parceria do Estado com a iniciativa privada. Tanto para o governo como para a elite que o apoiava tornava-se primordial promover tais realizações de obras que seriam capazes de garantir a elevação do padrão de desenvolvimento da cidade do Natal.

A cidade moderna estava impondo-se a uma cidade com um passado colonial que já não se enquadrava perfeitamente aos objetivos das elites locais envolvidas no afã do desenvolvimento e da modernidade. Nada melhor do que construir uma nova cidade sobre a antiga, que se enquadrasse aos padrões da modernização capitalista. Mesmo que esta nova cidade sufocasse, eliminasse e substituísse os emblemas históricos por outros novos e modernos, que se adequassem ao embelezamento à estruturação e arquitetura dos edifícios redefinindo a imagem da cidade que se queria construir.

nos de-estran

Deste modo, não se pode deixar de ressaltar a importância dos Albuquerque Maranhão para o processo de transformação ocorrido em Natal no começo do século XX, pois foi esta oligarquia, juntamente com a elite natalense, a responsável direta pela concretização de um projeto para a cidade, ainda que este mesmo projeto tenha significado literalmente o endividamento do Estado com empréstimos externos, e com a "limpeza" total dos cofres públicos na implantação e desenvolvimento das mais variadas obras.

Relação elite - oligarquia \* sem relevância? conceito de oligarquia aplicado nas coisas lim. tapetes ambigüidade

A cidade do Natal estava agora envolvida em um manto de elementos emblemáticos oriundos da modernidade européia, traduzida pelas inovações técnicas produzidas pela da Revolução Industrial e produzidas pelos avanços da urbanística moderna, como a ampliação das ruas e arborização, edificações de prédios suntuosos, energia elétrica, saneamento, abastecimento de água e sistema de transporte. A população, em convívio com todos esses novos estilos de vida, revestiu-se de comportamento e

de-estran

em um de turbulência contexto internacional, biográfico | nos desenvolver "novos estilos" "hábitos civilizatórios" - Opndijy } JORNALIS ajudariam

hábitos civilizatórios, que antes somente a elite local usufruía em seu micro espaço social. O fascínio que o ideal de modernidade e as transformações que a própria elite empregou na cidade do Natal, criaram uma imagem nova e moderna, não somente para a cidade, mas também para si mesma.

Em suma, toda esta onda de modernidade que envolveu Natal durante o período estudado nada mais era do que o espelho do que já vinha acontecendo nas demais cidades brasileiras, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, e nas cidades internacionais como Paris e Chicago. A modernização de Natal foi precedida por um período em que toda uma conjunção de fatores internos e externo criaram as devidas condições favoráveis e propícias à sua devida concretização. Entre eles, destacamos primordialmente, o fator político. Sem este nada poderia ter sido realizado de fato, pois, as expressões das ações implantadas pela elite dominante deram um suporte capaz de executar um projeto ousado de transformação radical de uma cidade em outra. Para os cidadãos desta cidade restou tão somente se adequar às novas técnicas e estruturas urbanísticas, as quais eram disciplinadas concomitantemente para que, sem qualquer contestação, se cumprisse o exercício de perpetuar o poder local, legitimando-o sucessivamente, vez após vez, na manutenção do poder desta elite oligárquica.

Modernidade \*  
e o oligarqui?

## FONTES PRIMÁRIAS

A REPÚBLICA, 07 abr 1908 / 02 out 1911. \*

DECRETOS, e leis do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte 31 ago 1909/18 nov 1909.

MENSAGENS de Governadores [www.uchicago.edu/info/brazil/index.html](http://www.uchicago.edu/info/brazil/index.html).

O MARTELO, 02 jun 1912.

REVISTA, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, v. 41/44, p. 172-173, mar.1902.

## BIBLIOGRAFIA

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade*. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CARLOS, Lyra. *Natal através do tempo*. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

CARONE, Edgar. *República Velha: instituições e classe sociais*. 3º ed. São Paulo: Difel, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 5º ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Sílvio. *Revolução e Contra-Revolução na França*. v.1: Revolução e contra-revolução aristocrática. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. v. 1: *Estrutura de poder e economia (1891-1930)*. São Paulo: Dofel. 1975.

FRAGOSO, João Luis; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A política no Império e no início da República Velha. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. 5º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 177-201.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara; GONÇALVES, Maria Stela (Org). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural, Sebo Vermelho, 2000.

\_\_\_\_\_. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRN, 2001.

MENDES Jr, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História.v.3: República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A consolidação da república oligarquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. 5º Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.229-237.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *380 anos de História foto-gráfica da cidade de Natal 1599-1979*. Natal, UFRN. ed. Universitária, 1981.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História geral do Brasil*. 5º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.211-227.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal 1889/1913*. Natal, (RN): EDUFRN, 1999.

PIRES, Meira. *Alberto Maranhão e seu tempo 1872-1944*. Natal: Edição da divisão de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1963.

SILVA, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luis Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte: Império e República (1889-1934)*. Natal (RN); Gráfica Santa Maria, 1999.

SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado: uma (re) leitura do urbano em Natal na década de 20*. 1999. Dissertação ( Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal: Centro gráfico do Senado Federal, 1989.

Anexos

SEM FUNÇÃO

- Nos verbos referidos no texto
- Mais orientados
- o que precisa-mente ilustram?

ANEXOS



Figura 1 – Cais Tavares de Lira.



Figura 2 - Avenida Junqueira Aires.



Figura 3 – Transportes Públicos (bonde puxado por tração animal).

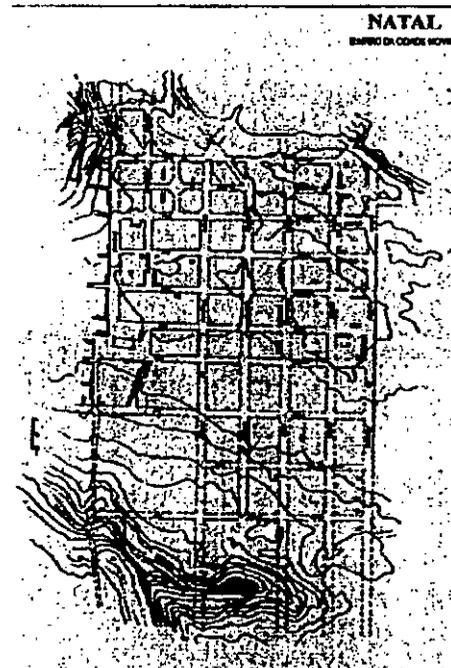


Figura 4 - Plano do bairro da Cidade Nova – projetado em 1904.

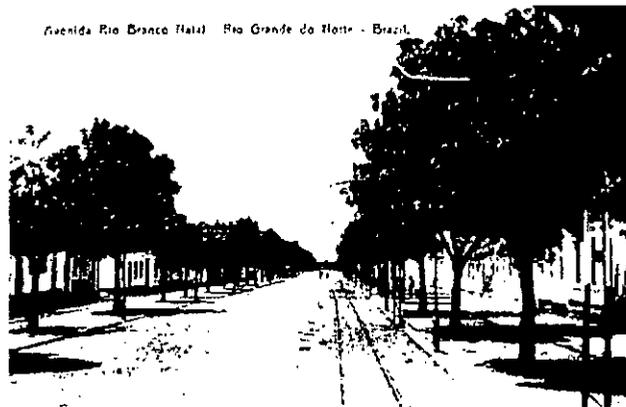


Figura 5 – Avenida Rio Branco.

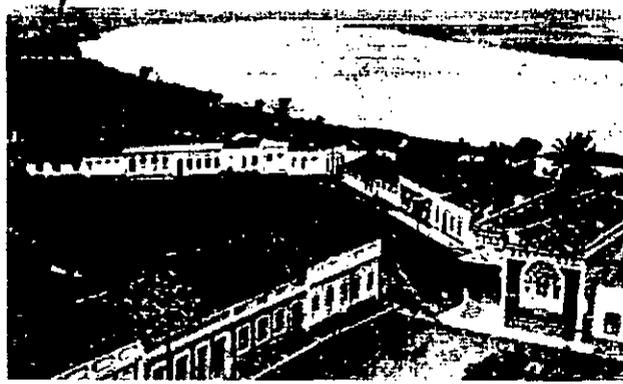


Figura 6 - Cidade Alta- Urbanização (Atual Praça João Tibúrcio).



Figura 7 – Hospital Juvino Barreto ( fotografia do lado direito).



Figura 8 – Grupo Escolar Augusto Severo.



Figura 9 – Parque Público da Cidade Alta – Década de 10.



Figura 10 – Teatro Carlos Gomes 1912 – (Atualmente Teatro Alberto Maranhão).

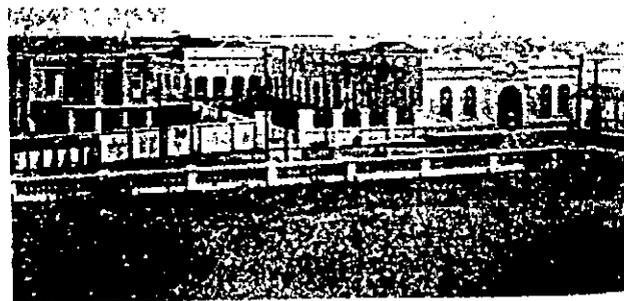


Figura 11 – Casa de Detenção (lado esquerdo da fotografia).

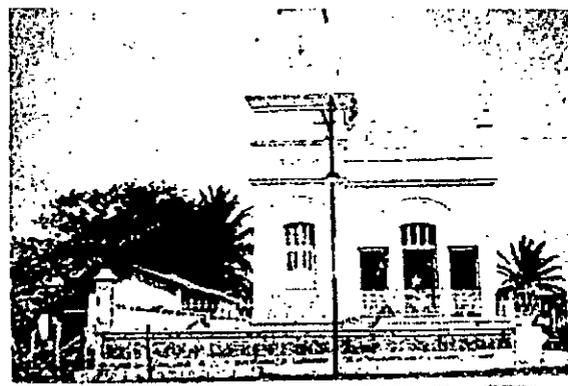


Figura 12 – Residência construída no perímetro Urbano de Natal.

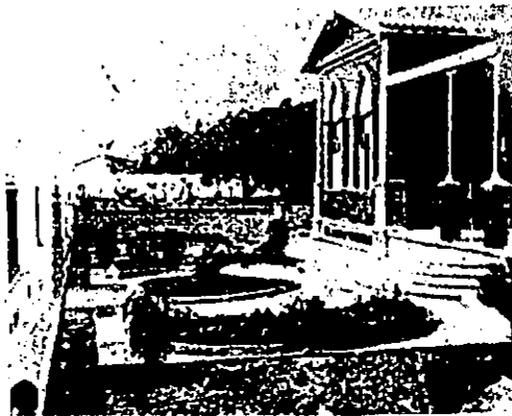


Figura 13- Residência construída no perímetro Urbano de Natal.

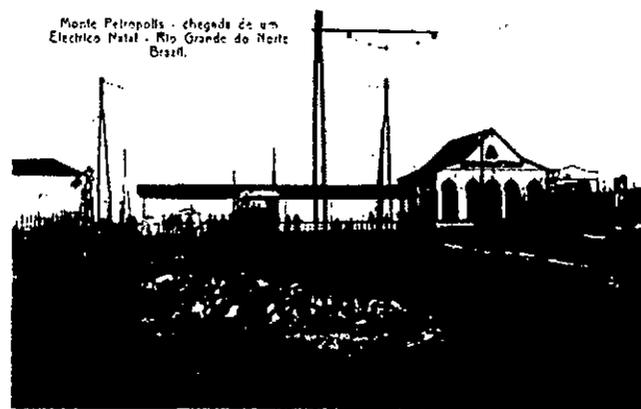


Figura 14 – Monte Petrópolis: parada do bonde elétrico.

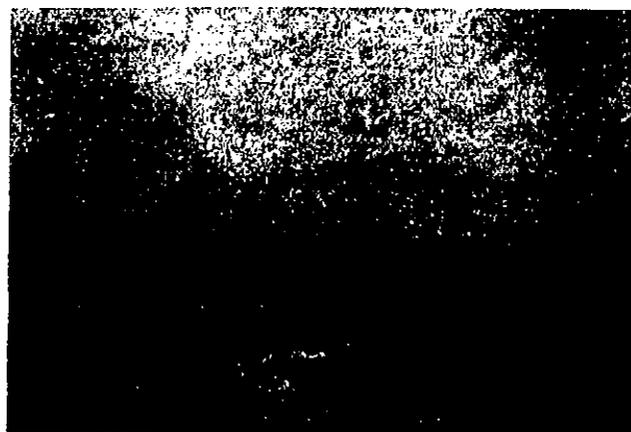


Figura 15 – Casa de Alberto Maranhão (Atual Aeroclube).

## Companhia ferro-carril

Começou a trafegar no dia 7 de setembro a companhia ferro-carril recentemente organizada nesta capital para ligar os tres bairros da cidade. Melhora mento cuja falta já se fazia sentir, em face do a crescimo da nossa população urbana e alargamento da area da edificação, o estabelecimento da linha de bondes, que já foi extendida até á Cidade Nova, merecido geraes applausos.

## Obras federaes

Foi firmado na secretaria do ministerio da industria, viação e obras publicas, no Rio de Janeiro a 15 de outubro ultimo, o contracto para a construcção da Estrada de ferro central do Rio Grande do Norte. Assistiram a esse acto, assignando como tes temunhas, o dr. Tavares de Lyra, ministro do interior, dr. Amaro Cavalcanti, ministro do supremo tribunal federal, senadores Meira e Sá e Antonio de Souza, deputados Eloy de Souza e Pereira Reis Domingos Barros, Henrique Castriciano, engenheiro ros Sampaio Correia e Lassance Cunha, representantes da imprensa e muitas outras pessoas.

Tão auspicioso acontecimento vem satisfazer, com a segurança da construcção, em curto praso, de nossa

nos polygonos: e nas linhas de tiro que se têm multiplicado por toda a vasta extensão do territorio nacional, resolveu o governo deste Estado collabar tambem para o mais rapido desenvolvimento nesta parte da Republica, do sentimento patriota que, na instrucção pratica do tiro em sociedade, vigora e apura a comprehensão do dever civil que nos aponta como uma das mais santas obrigações do homem a defesa calma e consciante patria commum.

Assim pensando, resolvi crear, *ad referendum* do Congresso e por Decreto nº 100, de 27 de Maio Polygono de tiro «Deodoro da Fonseca», em local Avenida 8ª que mereceu do general José A. Marques Porto, Inspector da 4ª Região, os mais francos e calorosos elogios.

O Polygono ficou a cargo do commando do Batalhão de Segurança e é franqueado ás sociedades confederação do Tiro Brasileiro que se formardo no Estado e tambem ás forças estaduais e municipais, assim como ás guarnições federaes de terra e mar.

## Higiene e Assistencia Publica

Tenho o prazer de communicar-vos que começou a remodelação do serviço de assistente publica para o qual desde o começo de meu governo prometti a mais carinhosa solicitude do poder publico.

A installação do novo Hospital de Caridade

contrarem o conforto e os cuidados que modernamente sabem prodigalizar, no exercício de uma mais dignas manifestações da solidariedade humana a virtude christã das irmãs de caridade e a dedicação nobilissima dos verdadeiros cultores da sciencia medica.

Em Janeiro proximo, si me não faltarem recursos com que conto me habilitareis no futuro orçamento, com o imposto adicional offerecido pelo commercio para applicação especial, pretendo inaugurar o Asylo de Mendicidade, que virá satisfazer uma das mais palpitantes necessidades de nosso social. Além disso, penso em estabelecer um isolamento para tuberculosos e augmentar as enfermarias do novo Hospital «Juvino Barretto».

Sob o ponto de vista da hygiene collectiva, nunciosamente estudado no bem elaborado relato do illustre Inspector actual de Hygiene Publica, José Calistrato Carrilho de Vasconcellos, tem qo verno ideas assentadas.

O abundante abastecimento dagua para a mentação e gastos domesticos, sendo o destinado ao primeiro fim fornecido mediante os mais cuidadosos processos para garantia de sua pureza da rêde de exgôttos, ligando os tres bairros da Capital, para captação e aproveitamento racional de da os detricos organicos, em condições da mais pela feita garantia de salubridade, evitando os inconvenientes perigosos que se notam nas installações imperfeitas existentes em outras cidades do Brazil o servico de limpeza nas ruas nas casas e

ANEXOS  
Sem JUN 69

Decreto n. 206, de 31 de Agosto de 1909

*Estabelece a tabella do pessoal interno do Hospital de Caridade JUVINO BARRETTO e dá outras providencias.*

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, em additamento ao Decreto n. 205, de 21 do corrente, que reorganizou o "Hospital de Caridade,

DECRETA :

Art. 19—O pessoal interno do estabelecimento, que deverá servir sob as ordens da regente contractada, nos termos do art. 39 do Decreto n. 205 de 21 d'este mez e da clausula XVI do contracto de 10 do corrente, é o constante da tabella annexa.

Art. 20—Haverá no Hospital aposentos especiaes para o recebimento de pensionistas, que pagarão, os de 1ª classe, 10\$ diarios, e os de 2ª 6\$.

§ 19—Os pensionistas terão direito á medicação magistral, correndo, por sua conta, toda a medicação officinal.

§ 20—As operações extraordinarias a que se tiverem de submeter os pensionistas serão feitas mediante ajuste previo com o medico do estabelecimento, que perceberá, como gratificação extraordinaria, um terço da respectiva quantia, revertendo os dois terços restantes para a caixa do Hospital.

Art. 39—Todo o receituário do Batalhão de Segurança será aviado na pharmacia do Hospital e será visado pelo commandante do Batalhão e com o despacho do Governador do Estado.

Art. 49—Revogam se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 31 de Agosto de 1909, 219 da Republica.

ALBERTO MARANHÃO.  
*Joaquim Soares R. da Camara.*

sem os encargos de commissões commerciaes das casas intermediarias a que o Almojarifado veio substituir para aquelle effeito limitado e exclusivo.

## Cartas da Cidade e do Estado

Suspensio no anno passado, conforme vos communiquei em mensagem anterior, a commissão Jaffret, que tinha sido encarregada da carta cadastral desta cidade e topographica do Estado, recommçou ha poucos mezes esse serviço, mediante a côrdo particular com a empresa Valle Miranda Domingos Barros, a qual, sem remuneração por parte do Estado, prosegue nos trabalhos da carta da cidade de forma a se poder levantar depois o cadastro de toda a area urbana, para o traçado systematico dos melhoramentos necessarios.

## Destroyer Rio Grande do Norte

A exemplo do que fizeram outros Estados, resolveu o Governo offerecer ao Ministerio da Marinha baixella para a unidade de guerra que recebeu o nome do Estado que representamos e que faz parte da divisão de destroyers, que terá talvez no porto desta capital, onde se pretende crear a base de operações navaes do Norte, a sua parada effectiva, quando

cessos mais aperfeiçoados e nas suas multiplas applicações e derivados.

O abastecimento de agua, dividido em duas seções, uma para alimentação e outra para os gastos communs dos domicilios ; o estabelecimento da rêde de exgottos nos tres bairros da cidade, com a adopção do systema mais aconselhado de depuração biologica e aproveitamento das aguas para a cultura systematica dos campos em logar apropriado nos arredores da Cidade ; a tracção electrica no serviço de carris urbanos, prolongando estes as suas linhas por todo o perimetro da çidade, com trilhos duplos nos trechos mais movimentados ; um serviço regular e impeccavel de limpeza publica nas ruas e nas casa com a conducção de todo o lixo em caixas apropriadas e hermeticamente fechadas, que deverão ser diariamente desinfectadas, depois de esvaziadas nos fornos de cremação ; e, finalmente, a construcção de alguns grupos de casas que sirvam de typoa edificadores e que possam ser cedidas aos funcionarios publicos mediante alugueres razoaveis amortizações ao alcance de seus recursos, constituem as medidas mais urgentes e que podem assegurar no futuro á cidade de Natal as condições hygienicas que a deverão sagrar um dos mais agradaveis pontos de residencia no Brazil.

Conto que me habilitareis com a auctorização possida para o emprestimo que nos poderá facilitar a execução desse projecto.

Do relatorio do abalizado Inspector do Thesouro do Estado extrahi os seguintes dados sobre o movimento financeiro do ultimo anno

6

da Republica. Só então poderemos remodelar todo serviço, dando-lhe uma forma definitiva.

Por emquanto, e para evitar a continuação improductiva e desoladora do regimen por todos condemnado, o decreto a que acima alludi restabeleceu directoria geral de instrucção e creou a Eschola Normal annexa ao Atheneu, promettendo a criação de Grupos Escholares e Escholas, á proporção que se fôrem construindo, por conta dos municipios, edificios apropriados á sua installação. Apraz-me assignalar que para a execução desta parte do decreto empenham-se os governos locais em preencher, quando antes, as condições exigidas para o provimento das cadeiras.

O Grupo Escholar *Augusto Severo*—fundado pelo meu illustre antecessor—serve actualmente de eschola de applicação, na qual fazem sua aprendizagem os estudantes da Eschola Normal.

No mesmo dia da inauguração desse grupo—12 junho—começou a funcionar, annexa ao theatro *Carlos Gomes*—uma modesta eschola de musica.

O ensino secundario continúa a ser ministrado Atheneu Rio-grandense, cujo professorado, competente e assiduo, preenche os fins exigidos pelo curso de madureza.

Quando nos for possível a criação de um Lyceum de artes e officios e de uma eschola de agricultura estará completo o nosso elenco de instrucção primaria, secundaria, normal, artistica e professional.

## Policia e Segurança

—34—

das finanças do Thesouro é muito abonador do cetero e da cautelosa previdencia do sr. Inspeção e do pessoal do fisco estadual.

Com os recursos ordinarios conseguimos diminuir a pequenina divida interna e ter presentemente quasi em dia o pagamento dos vencimentos todo o funcionalismo.

## EMPRESTIMO EXTERNO DE 1910

Auctorizado pela lei n. 270 de 18 de Novembro 1909, contrahi na praça de Paris, com os banqueiro Perles Frères, Engene Vasseur e o Banco Syndic Francez o empréstimo de £. 350,000 ou Frs 8,750:00 amortizaveis em 37 annos, á razão de 1½ % por semestre e a juros de 5 % ao anno.

Foi representante do Estado no estrangeiro para tal fim o sr. Ildefonso Pereira Simões, agente negocios estabelecido na praça do Recife. O Estado deu como garantia especial a renda do imposto sobre exportação do sal e os rendimentos extraordinarios provenientes dos serviços a se effectuarem com os fundos do dito empréstimo.

Das informações do Thesouro verifica-se, calculadas as operações ao cambio de 16, o seguinte :

### BALANÇO DO EMPRESTIMO EM DATA DE 30 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANNO :

#### DEBITO

1 No London Brazilian Bank, C| Geral,

Paris a juros de 1 1/2 % Frs 87500000

50 510000

Lei n. 270, de 13 de Novembro de 1909

*Auctoriza o Governo a realizar um emprestimo interno ou externo até á quantia de cinco mil contos de réis ou trezentas e cincoenta mil libras esterlinas.*

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte : Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a presente lei :

Art. Unico—E' o Governo auctorizado a realizar pela forma, nas condições e sob as garantias que julgar mais convenientes aos interesses do Estado, um emprestimo interno ou externo, até á quantia de cinco mil contos de réis, ou trezentas e cincoenta mil libras esterlinas, applicando o producto desse emprestimo em obras de saneamento da Capital e em outras de reconhecida utilidade publica e de remuneradora applicação ; revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 13 de Novembro de 1909, 219 da Republica.

ALBERTO MARANHÃO.

*Joaquim Soares R. da Camara.*

—17—

no da cidade futura, providenciando-se sobre o recibo para que se possa conseguir o alinhamento das ruas e praças da capital.

## Almoxarifado

Vae começando a produzir beneficos effeitos Almoxarifado Geral do Estado, que facilita a importação, para os criadores e agricultores, de todos os objectos necessarios ao aperfeiçoamento das industrias agricola e pastoril, assim como de reproductores de raça.

Já entraram, por intermedio do almoxarifado por encomenda de particulares, objectos de applicação agricola e pastoril no valor total de..... 65:762\$640.

## Obras publicas na capital

Auctorizado por lei do Congresso e tendo a vista a urgente necessidade de sanear e melhorar a capital, mandei, com recursos do emprestimo interno, sobre o qual encontrareis mais adeante noticia minuciosa, construir as seguintes obras que julgo indispensaveis para podermos organizar a Higiene e a Assistencia Publicas, melhorando as condições de vida da população urbana :

Primeiro — Exgottos da cidade, com a depuração biologica aerobia e anaerobia das aguas antes

—18—

Quarto — Fornos de incineração para todo lixo das casas e das ruas.

Quinto — Fabrica de ceramica para fabrica de tijolos, telhas e outros artefactos necessario construcção de casas.

Sexto — Estabelecimento balneario na praia *Limpa*, construido de cimento armado, servido um barco a vapor que o ligue ao caes “Augusto Lyra”.

Setimo — Substituicão da actual illuminaçãõ acetyleno por illuminaçãõ electrica que alcance ~~ta~~ a area urbana e aügmente a intensidade de luz trechos actualmente servidos por aquelle gaz.

Oitavo — Rêde de telephones.

Nono — Uzina central productora da força dispensavel para o conjuncto dos serviços elec cos.

Todas essas obras, que vão augmentar, co deravelmente, o patrimonio estadual, custarão ao tado somente a quantia de 900:000\$000, sendo carregados do serviço, mediante contracto, preço do de concorrência publica, á qual foram can dados unicos, os Srs. Valle Miranda & Domingos Barros, desta capital.

Alem dessas obras, mandei construir mais seguintes : calçamento a granito nos principaes tre chos da cidade ; um armazem para deposito de flammaveis na gambôa do Jaguaribe, em frente bairro commercial e á margem esquerda do 1 Asylo de Mendicidade e nova Penitenciaria no mc “Petropolis” ; edificio do Almoxarifado na rua

edifício para o Superior Tribunal de Justiça, fica do o predio em que actualmente funciona aque Tribunal exclusivamente para o Instituto Historico ; uma casa para as Secretarias de Policia e Hygiene Publica e outra para enfermaria de urgencia e desinfectorio, no centro da cidade ; novas accomodações no Palacio do Governo, para ampliar a residencia e as Secretarias do Governo e do The souro ; augmento do grupo "Augusto Severo" e casa para a Eschola Normal, muito mal installada no theneu.

Projecta egualmente o Governo construir tres villas operarias para alojamento, a preços reduzi dissimos, do proletariado que tiver de ser desajado das actuaes habitações no centro da cidade, capazes de comportar a taxa sanitaria a que firão todos os predios urbanos sujeitos, em virtude da criação dos novos serviços hygienicos. Estas villas operarias terão boas condições de salubridades e serão servidas de agua e exgottos em uma grande area central commum a todas as pequenas habitações que a devam contornar.

O cemiterio publico da capital merecerá, egualmente, a attenção do Governo, que auxiliará a tendencia para a reforma necessaria.

E' indispensavel tambem a fundação de lavanderias e banhos publicos na cidade, em melhores condições que as dos logradouros existentes do Estado e do Oitizeiro ; e o governo já obteve da firma Valle Miranda & Domingos Barros encarregar-se administração gratuita do estabelecimento modesto, mas hygienico que vae fazer para tal fim, aproveitando a cantação facil das aguas no logar Oi

## Lei n. 284, de 30 de Novembro de 1909

### *Reforma a Instrucção Publica do Estado*

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º—Será creado, pelo menos, um grupo escholar em cada municipio, correndo as despezas materiaes e de expediente a custa das Intendencias, associações ou particulares.

Art. 2º—O numero e natureza das escholas de cada grupo dependerão, a juizo do governo, das condições locais.

Art. 3º—E' livre a fundação de estabelecimentos de ensino, sujeitando-se seus directores á fiscalização e inspecção official no que respeita á moralidade, hygiene, prohibição de castigos phisicos e informações para a estatística.

Art. 4º—Serão effectivamente providos nas cadeiras primariás os professores titulados pela Eschola Normal. Na falta desses professores, as cadeiras serão preenchidas mediante contracto.

Art. 5º—O governo dividirá os Grupos Escholares em tres classes, para estimular, por meio de accesso ou promoção, o zelo e competencia dos mestres.

Art. 6º—As primeiras nomeações serão para a terceira classe, mediante concurso de titulos, não podendo realizar-se a promoção á segunda ou primeira antes de um anno de exercicio, sujeitos os candidatos sempre ao mesmo concurso.

Art. 7º—Declarada vaga qualquer cadeira, a Directoria da Instrucção abrirá concurso de titulos e informará o Governador sobre quem deva ser promovido.

Art. 8º—Consideram-se melhores titulos a publicação de livros didacticos ou descoberta de novos methodos e instrumentos escholares que tenham merecido approvação official.

Art. 9º—E' permittida a permuta de cadeiras da

mesma classe que for requerida, no fim do anno lectivo, com approvação da Directoria Geral.

Art. 10—Os professores serão removidos por motivo de alta conveniencia publica, sob representação motivada do director geral.

Art. 11—O governo abonará aos professores distinctos uma gratificação adicional de 5 % sobre seus vencimentos depois de quinze annos de exercicio e de 10 % depois de trinta annos, sob a forma e condições que forem previamente determinadas.

Art. 12—A suprema direcção e inspecção do ensino publico serão exercidas pelo Governador do Estado, auxiliado pelo director geral da Instrucção.

Art. 13—As funções de director do Atheneu e da Eschola Normal, do Grupo Escholar Modêlo "Augusto Severo" e da Eschola de Musica, serão exercidas cumulativamente pelo director geral da Instrucção Publica, sem outros vencimentos além dos que actualmente percebe. O Governo distribuirá as horas do serviço pela forma que lhe parecer mais conveniente á administração.

Art. 14—A inspecção tecnica ou profissional será feita pessoalmente pelo director geral e pelos inspectores de ensino que forem escolhidos livremente entre os professores de primeira classe, com jurisdicção em cada districto.

Art. 15—A fiscalização externa dos Grupos compete ás intendencias dos municipios, por intermedio de delegados escholares de sua confiança, incumbindo-lhes verificar:

- a) si os professores são assíduos e moralizados;
- b) si as condições de hygiene são rigorosamente cumpridas;
- c) si o ensino corresponde ás necessidades da população.

Art. 16—O ensino da Eschola de Musica será distribuido pelas seguintes cadeiras:

1ª—Harmonia, contra-ponto, composição e canto coral e individual;

Os dispositivos da lei estadual n. 81 de 9 de setembro 1895 e regulamento respectivo, consolidando a legislação egor, providenciaram sobre os modos de aquisição, aforam processos de revalidação de concessões, legitimação, registro, marcação, para definirem a situação de proprietários e posses defendorem o patrimonio estadual. Tem merecido, porém, a tica dos competentes a lei e regulamento a que alludi, por direm a orbita do direito substantivo.

Permanecem, por isso, infelizmente, sem applicação.

Seja, porém, qual fôr a causa eficiente desse desvio legi que parece necessario e urgente é abandonarmos o plano p tivo, votando o Congresso desde logo uma lei que acautelle reitos do Estado, regule os processos de arrecadação, demanda registro, transferencia, concessões e aforamentos das terras blicas, remettendo para juizos e tribunaes as controversias rentes ao dominio, posse, bemfeitorias e o mais que pertee substancia desses institutos juridicos, constituindo-se em moldes, simples e praticos, a repartição de terras publicas é actualmente da competencia de uma das seccões da Secre do Governo.

### Almoxarifado

Tem sido notavel o auxilio do Governo aos senhores cultores e criadores por intermedio do Almoxarifado Geral cado, utilissima dependencia do Thesouro cujas encomm avultam dia a dia para a aquisição nos mercados europeus e americanos, dos instrumentos de trabalho agricola adaptavi nosso meio rural.

As importações do Almoxarifado subiram até ao dia 28 tembro ultimo á importancia de 176:549\$150 o que importa terem realizado os agricultores uma economia notavel na e de suas encommendas.

### Obras Publicas

—Perfuração de poços nesta capital, na Eschola Regi do Refoles, na 3ª Companhia Isolada de Caçadores, na Capit do Porto, na rua Assú, na praça Pio X; e na cidade de Mos na cidade de Macau, e na Lagôa de Cavallos, do municipio de cahyba.

Já se acha na Delegacia Fiscal o credito destinado para meço do açude de Gargalheiras e levantamento da barragem açude de Sant'Anna em Pau dos Ferros.

O digno engenheiro-chefe desta secção das obras fede contra as seccas, dr. Julio Gurgel de Souza, remetteu para a rectoria Geral do serviço os estudos e orçamentos de m açudes requeridos por particulares, nos termos do regulament que virão trazer muitos beneficios, caso o governo facilite o gimen de premios estabelecido nas leis em vigor.

A estrada de ferro de Mossoró a São Francisco, projec pelo illustre dr. Meira e Sá, utilizando valiosos estudos anteri e justificada por S. Ex. em memoravel discurso no Senado Republica, quando representou este Estado naquella casa do Congr tem merecido a maior solicitude da nossa benemerita represent actual e do eminente sr. Ministro da Viação e Obras Publica:

Em sessão de 30 de agosto deste anno da Camara dos putados, nosso operoso e illustre delegado dr. Eloy de Souza tificou e apresentou um projecto de lei sobre a irrigação sy matica do nordeste brasileiro, projecto que tem merecido os calorosos elogios da imprensa e despertado a attenção dos e cialistas e do Governo, como contribuição, que é, valiosissima, a solução pratica do nosso magno problema.

### *Auxilio aos constructores*

O decreto n. 228, de 2 de setembro do anno passado, viza incrementar e desenvolver as construcções de casas no perim da cidade, vae produzindo os desejados beneficios.

Sob o favor de isenção da decima urbana pelo praso de annos, estão sendo construidos varios edificios na avenida Tares de Lyra e em outras ruas. Já foi devidamente regulado o processo de aforamento e approvação de plantas, a cargo Thesouro do Estado.

O funcionamento regular da fabrica de Ceramias de nre

—14—

Brasileiros.....	3483
Extrangeiros.....	20
Emigrantes.....	117

Foram capturados no estado 37 criminosos, sendo :

De homicidio.....	19
De ferimentos graves.....	6
De ferimentos leves.....	3
De roubo.....	6
De defloramentos.....	2
De infanticidio.....	1
Total.....	<u>37</u>

O policiamento da capital, incumbido á guarda policial, sendo feito regularmente, mas com sacrificio dos modestos empregados que, em numero de 42, attendem dia e noite ao serviço plexo dos tres bairros, fiscalizam o movimento do porto e das ferreas e até guarnecem os jardins publicos e praças mais frequentadas.

Consoante o desenvolvimento que se nota na cidade e arredores, onde a população foi accrescida de numerosos operarios e varias empresas em actividade, o augmento da nossa milicia urbana afigura-se medida necessaria e inadiavel.

Por decreto n. 276 de 1 de outubro passado, foi elevado a 20 o numero de guardas, seguindo para o interior 20 dessas guardas com um delegado em commissão para auxiliar os destacamentos do batalhão de segurança na captura de criminosos. Esse decreto será em mensagem especial submettido á vossa approvação.

—A policia do estado fez-se representar no convenio reunido em S. Paulo a 7 de abril deste anno pelo sr. A. Xavier Pinheiro e Prado, que gentilmente accedeu ao convite.

Alem de varias deliberações reservadas, adoptou o convenio um codigo policial que veio facilitar as communicações com as auctoridades e garantir o sigillo indispensavel.

*Polygono Theodoro da Fonseca*